



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



MARCOS VINÍCIUS MARCELINO DA CRUZ SILVA

ENTRE OS SERINGAIS:

o Museu Parque Seringal como um espaço de aprendizagem histórica

MARCOS VINÍCIUS MARCELINO DA CRUZ SILVA

ENTRE OS SERINGAIS:

o Museu Parque Seringal como um espaço de aprendizagem histórica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Soares Charlet

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586e Silva, Marcos Vinícius Marcelino da Cruz.
Entre os Seringais : O Museu Parque Seringal como um espaço de aprendizagem histórica / Marcos Vinícius Marcelino da Cruz Silva. — 2024.
LXXVII, 77 f. : il. color.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Eliane Cristina Soares Charlet
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em
Ensino de História, Ananindeua, 2024.

1. Museu Parque Seringal. 2. Ensino de História. 3. Ciclo da Borracha. 4. Aprendizagem Histórica. I. Título.

CDD 069.098115



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE

MARCOS VINÍCIUS MARCELINO DA CRUZ SILVA

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pela orientadora Profa. Dra. Eliane Cristina Soares Charlet e constituída pelas examinadoras Prof. Dr. Elane Cristina Rodrigues Gomes e Profa. Dra. Siméia de Nazaré Lopes, reuniu-se no dia 29 de fevereiro de 2024, às 10:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando **MARCOS VINÍCIUS MARCELINO DA CRUZ SILVA** intitulada: “ENTRE OS SERINGAIS: O MUSEU PARQUE SERINGAL COMO UM ESPAÇO DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA”. Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi **APROVADA**, com conceito **EXCELENTE** pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Soares Charlet
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Elane Cristina Rodrigues Gomes

Membro Externo da Banca / EAUFPA / UFPA

Prof.^a Dr.^a Siméia de Nazaré Lopes

Membro da Banca / PPGEH/UFPA

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre me guiar em bons caminhos e me proporcionar chegar até aqui, cumprindo mais esta etapa de minha vida.

Agradeço a todos que puderam contribuir de forma significativa, direta e indiretamente para que tudo ocorresse de forma satisfatória no decorrer deste mestrado.

Quero deixar aqui meus agradecimentos às pessoas essenciais nessa trajetória, especialmente, a minha família, pelo sacrifícios que me permitiram chegar até aqui.

À minha companheira, por seus incentivos nos momentos em que pensei em desistir e sempre suas palavras faziam que eu me esforçasse cada vez mais.

À minha orientadora, por sua gentileza nos momentos mais difíceis e sua dedicação para que pudéssemos entregar um trabalho de excelência.

Obrigado a todos!

“O que vemos só vale – só vive – em nossos olhos pelo que nos olha. Inelutável, porém é a cisão que separa dentro de nós, o que vemos daquilo que nos olha”.

(Didi-Huberman)

RESUMO

As discussões do presente trabalho se ocupam em investigar as possibilidades educativas proporcionadas pelo Museu Parque Seringal, em Ananindeua (PA) como espaço de aprendizagem histórica e recurso didático no Ensino de História. Para essa finalidade desenvolvemos oficinas de produção de conhecimento com os alunos da escola do 9º ano de uma instituição particular de ensino básico, localizado na cidade de Belém (PA), as quais tiveram como produto a elaboração de folhetins informativos sobre o Ciclo da Borracha. Com base no que é apresentado no decorrer desta dissertação, o estudo se mostra metodologicamente como bibliográfico, documental, descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa e quantitativa, caracterizando-se em uma pesquisa participante, de modo aplicada. O objetivo central dessa iniciativa foi construir uma metodologia de aprendizagem considerando o museu como lugar de memória nas suas dimensões patrimonial e histórica.

Palavras-chaves: Museu Parque Seringal; Ensino de História; Ciclo da Borracha; Aprendizagem Histórica.

ABSTRACT

The discussions in this work are concerned with investigating the educational possibilities provided by the Parque Seringal Museum, in Ananindeua (PA) as a space for historical learning and a teaching resource in History Teaching. For this purpose, we developed knowledge production workshops with students from the 9th year school of a private basic education institution, located in the city of Belém (PA), which resulted in the creation of informative leaflets about the Rubber Cycle. Based on what is presented throughout this dissertation, the study methodologically appears to be bibliographic, documentary, descriptive and exploratory, with a qualitative and quantitative approach, characterized by participatory research, in an applied manner. The central objective of this initiative was to build a learning methodology considering the museum as a place of memory in its heritage and historical dimensions.

Keywords: Rubber Park Museum; History Teaching; Rubber Cycle; Historical Learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Atlas informativo sobre o município de Ananindeua-PA.....	20
Figura 2 – Localização do Museu de Ananindeua-PA “Parque Seringal”.....	31
Figura 3 – Placa com enumeração de pontos de referências.....	33
Figura 4 – Parque Ambiental de Ananindeua-PA “Antônio Danúbio”.....	34
Figura 5 – Informativos dos espaços dentro do Museu Parque Seringal.....	35
Figura 6 – Área de recreação infantil.....	36
Figura 7 – Guarita da Guarda Municipal.....	36
Figura 8 – Espaço do anfiteatro do Museu Parque Seringal.....	37
Figura 9 – Espaço interno Memorial do Seringal.....	38
Figura 10 – Entrada principal do Espaço Memorial do Seringal.....	39
Figura 11 – Antigo monumento da Praça Matriz.....	46
Figura 12 – Divisão setorial do Bairro Cidade Nova.....	49
Figura 13 – Capa do folhetim “Notícias da Hora”.....	57
Figura 14 – Primeira versão da capa “Égua do Jornal”.....	58
Figura 15 – Primeira versão da capa do “História News”.....	59
Figura 16 – Primeira versão da capa do “Belle Époque”.....	60
Figura 17 – Exposição museológica da realidade dos seringais.....	61
Figura 18 – Apresentação dos 4 folhetins concluídos.....	63
Figura 19 – <i>Design</i> do folhetim do Grupo A.....	67
Gráfico 1 – Resposta da pergunta 1.....	68
Gráfico 2 – Respostas da pergunta 2.....	68
Gráfico 3 – Respostas da pergunta 3.....	69

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Encontros realizados e explanação das atividades propostas	55
Quadro 2 – Roteiro de perguntas e alternativas.....	56
Tabela 1 – População urbana e rural de Ananindeua (1970-2000).....	48
Tabela 2 – Subdivisões na década de 1980 e o número de unidades entregues	51

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNH	Banco Nacional de Habitação
COHAB-PA	Companhia de Habitação do Estado do Pará
ENPEH	Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
ProfHistória	Mestrado Profissional em Ensino de História
RMB	Região Metropolitana de Belém
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O SERINGAL PATRIMONIAL: LUGAR DE MEMÓRIA, LUGAR DE APRENDIZADO	13
2.1	O museu como espaço de construção do conhecimento	13
2.2	O Museu Parque Seringal e o conceito de patrimônio	16
2.3	Museus no ensino de História	22
3	O SERINGAL HISTÓRICO: MEMÓRIA E TRAJETÓRIA.....	27
3.1	O ciclo da borracha como pano de fundo do MUPS	27
3.2	A trajetória do Museu Parque Seringal: entre a memória e a educação patrimonial	30
3.4	A importância do Museu Parque Seringal para Ananindeua	44
4	AS OFICINAS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS FOLHETINS	53
4.1	A metodologia do objeto gerador e as oficinas de conhecimento	53
4.2	Os folhetins sobre o ciclo da borracha	61
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	REFERÊNCIAS	71
	APÊNDICES	77
	APÊNDICE A – MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DA IMAGEM E VOZ	77

1 INTRODUÇÃO

Ingressei no curso de Licenciatura em História pela Universidade da Amazônia (UNAMA), em Belém-PA, e concluí no ano de 2020. Desde o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), minha trajetória acadêmica está ligada ao interesse por Museus e ao campo de patrimônio histórico-cultural.

Em 2022, ingressei no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), no *campus* de Ananindeua (PA), onde fui influenciado pela tônica das pesquisas sobre História Local e, assim, pude pensar no Museu Parque Seringal, doravante designado nesta dissertação pela sigla MUPS, como um espaço para ensinar e aprender história.

Meu percurso como professor de História se iniciou em 2019, inicialmente, em turmas de pré-vestibular (cursinho), e em seguida passei a atuar no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), de um colégio da rede particular em Ananindeua-PA, que atuo até o presente momento, mas, apenas com turmas do Ensino Médio e por diferentes instituições também em Belém-PA.

A escolha da turma para realização deste trabalho se deu pela oportunidade franqueada pelo colégio, onde pude assumir a coordenação desta turma para realização de algumas atividades extraclasse que seriam apresentadas num evento interno da instituição.

Diante da missão de desenvolver a construção de um material informativo (a princípio um jornal), surgiu a oportunidade de retomar discussões concernentes à memória coletiva já debatidas e à importância do MUPS, como um lugar de ensino e aprendizagem histórica.

Ao mesmo tempo, durante as aulas da disciplina “Ensino de História” do mestrado, apresentei um trabalho em grupo sobre o evento “Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História” (ENPEH), ao fazer uma análise sobre suas produções disponíveis entre os anos de 2010 e 2020.

Nessa oportunidade, com base nos dados levantados a partir dos materiais disponibilizados, entrei em contato com pesquisas que envolviam aprendizagem histórica e museus, monumentos históricos e lugares de memória em geral.

Analisando assim as possibilidades de trabalhar com o MUPS enquanto espaço privilegiado para a pesquisa histórica, permitindo que os alunos desenvolvessem com autonomia, narrativas diversificadas sobre suas edificações. Assumindo assim, o papel de produtores de conhecimento não só a partir da problematização das memórias expostas no MUPS, mas, do atual estado em que se encontra este espaço, sendo primeiro museu do município de Ananindeua.

As discussões que compõem essa pesquisa estão organizadas em três capítulos, onde, no primeiro capítulo intitulado “Seringal Patrimonial” faremos reflexões da trajetória sobre os museus e seus significados, e a finalidade deles atualmente, assim como sua inserção em atividades pedagógicas relacionadas a temática do Patrimônio Histórico no Ensino de História como espaços não formais de ensino. Estas discussões têm como subsídio as pesquisas que versam sobre o ensino de Ensino de História e Patrimônio e do conteúdo contido no Atlas Municipal de Ananindeua, sendo um material contemporâneo do Museu Parque Seringal que mostra a expectativa sobre o local como um espaço de desenvolvimento da identidade patrimonial e cultural, por parte da gestão que o construiu.

No segundo capítulo intitulado “Seringal Histórico”, serão observados os postulados teóricos apresentados aos alunos, que tem como pano de fundo o chamado “Ciclo da Borracha”. São abordadas discussões sobre um breve histórico do Ciclo da Borracha, o que ele representou, qual foi o seu impacto na região amazônica, e o papel dos seringueiros, seringalistas e dos seringais no geral.

Ainda no segundo capítulo, é explanada a trajetória do Museu Parque Seringal, o antes e o depois da institucionalização do local, suas propostas educativas promulgadas por lei e os seus dilemas do tempo presente relacionados a sua preservação e usos, abordando também a importância do MUPS para o município de Ananindeua, partindo da história local e da construção do Conjunto Cidade Nova para entender o MUPS não só enquanto símbolo do seu desenvolvimento recente, mas como símbolo de patrimônio histórico da localidade.

Por fim, no terceiro capítulo “As oficinas e a produção dos folhetins”, o enfoque é, justamente, o processo de construção dos folhetins desenvolvidos pelos alunos a partir da inclusão ou exclusão da possibilidade de uso do Museu Parque Seringal para a aprendizagem histórica acerca do tema do Ciclo da Borracha. Também é parte componente deste capítulo as apresentações dos alunos da instituição, onde foi realizada parte da pesquisa e a metodologia utilizada como referência para a atividade de desenvolvimento dos folhetins propostos.

2 O SERINGAL PATRIMONIAL: LUGAR DE MEMÓRIA, LUGAR DE APRENDIZADO

2.1 O museu como espaço de construção do conhecimento

A presente seção tem como pretensão apresentar de uma forma geral postulados teóricos relacionados a funcionalidade dos museus para o ensino, seguindo as considerações de autores que já utilizaram a instituição como espaço não formal de ensino.

No clássico “*O que é museu?*”¹, Marlene Suano (1986), afirma que sempre houve preocupação de variados segmentos sociais com a compreensão do passado e a sua preservação, visto que essa preocupação quase sempre se traduz em manter os testemunhos materiais em condições de serem utilizados no presente para diversos fins.

Esses “diversos fins” podem ser percebidos pela pluralidade de museus existentes, bem como os museus de história natural, de artes plásticas, museus enciclopédicos, históricos, tecnológicos e pelas constantes atualizações do conceito do que é um museu.

Segundo Pierre Nora² (1993), um lugar de memória pode ser definido como espaço reservado para refugiar os restos do passado no presente e com a funcionalidade de alicerçar memórias de aura simbólica, pertencentes e representando um determinado grupo. Para o autor, de maneira explícita, resume que estas memórias que estão refugiadas não são espontâneas, ou seja, precisam ser rememoradas e vigiadas enciumadamente, caso contrário, serão varridas.

Nora (1993), em sua coleção de sete volumes chamada “*Lugares de Memória*” (Les Lieux de Mémoire), que se fala muito da memória, porque ela não existe mais, tanto quanto dos espaços existentes que recobram a memória, pois esses podem não ser mais considerados como meios que guardam a memória.

O Conselho Internacional de Museus (ICOM), através da obra “*Conceitos chave da museologia*”, define um museu como:

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2007, p. 1).

¹ É considerado um clássico por estar na vanguarda dos estudos sobre as instituições museais.

² Pierre Nora é o autor da categoria chamada “Lugar de Memória”, obra traduzida em 1993.

O ICOM é uma organização sem fins lucrativos, que atua junto a UNESCO desde 1946 e teve papel fundamental no reconhecimento da Museologia enquanto campo de pesquisa, atuando até hoje em nível internacional e nas associações de museus nacionais ou regionais, para desenvolver padrões de qualidade relacionados ao mundo museal.

A nível nacional, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)³, estima que existem 3.700 instituições museológicas no Brasil e é o órgão responsável por promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, que através do chamado “Estatuto dos Museus”, amparado pela Lei nº11904, de 14 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009), a qual define o conceito de museu como:

[...] Instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, cap. I, art. 1º).

Tais definições conceituais vislumbram a possibilidade de museus servirem enquanto ponto de partida para ações educacionais e culturais, pois parece inegável que estes conceitos estejam ligados a um movimento de renovação conhecido como “Nova Museologia”, que foi encabeçado por George Henri Rivière e Hugues de Varine-Bohan⁴, os quais estabeleceram tendências para as instituições museais a partir de 1980 (GRANATO; SANTOS; LOUREIRO, 2009).

Ainda para Granato, Santos e Loureiro (2009), o documento fundador do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) é a declaração de Quebec (1984), que apresenta uma ruptura em relação ao modelo de gestão tradicional dos museus, tornando-os socialmente mais relevantes a partir de novos enfoques, novos meios e formas de comunicação e um caráter interdisciplinar.

Os novos tipos de museus surgem a partir dessas concepções, a saber: os museus de identidade, também chamados de temáticos, voltados para a expressão cultural de um grupo; os museus de civilização, variados testemunhos culturais e naturais sobre uma ou várias épocas de determinada localidade e os ecomuseus, geralmente num espaço aberto, com enfoque no meio ambiente e na ecologia natural como patrimônio.

³ Criado em 2009 através da Lei nº 11906/09.

⁴ Ambos antigos diretores do ICOM.

Podemos dizer que foi a partir dessa nova ordem museológica que o desenvolvimento da função educativa dos museus ganhou mais destaque, já que reafirma a possibilidade de uma parceria entre as instituições museu e escola.

Entretanto, vale ressaltar que o museu não pode ser considerado apenas um apêndice da prática escolar, já que é um espaço educacional autônomo e, portanto, com propostas de aprendizagem diferentes. Para diferenciar metodologicamente as propostas de aprendizagem desses espaços recorreremos à obra “*Educação Formal e não-formal*” Trilla e Ghanen (2008), que através dos conceitos de educação formal e não-formal aborda os museus a partir de uma perspectiva da educação não formal.

Na obra, os autores analisam a escola enquanto instituição histórica e funcional, que nem sempre existiu, mas, que hoje está consolidada graças as políticas educacionais do século XIX e XX enquanto forma de educar. No entanto, apesar da comum associação entre educação e escolarização, é necessário apontar que existem outros mecanismos educacionais que atuam e podem afetar a ação e a formação escolar dos indivíduos (TRILLA; GHANEN, 2008).

Essas ressalvas se tornam necessárias a partir de diversas demandas na contemporaneidade que, geralmente, são identificadas ou englobam questões como: a presença constante dos meios de comunicação de massa na vida social, o desenvolvimento de novas tecnologias, as mudanças nas instituições famílias e a incorporação de grupos antes excluídos dos sistemas convencionais de ensino.

Para Trilla e Ghanen (2008), pela complexidade das questões mencionadas, o ambiente escolar não é apto para ofertar todo tipo de objetivo educacional, e ainda se ofertasse não teria como dispor dos recursos necessários. Como podemos observar, o termo educação, de modo geral, é entendido como transmissão e aprendizado de técnicas (produção, uso, comportamento e conduta) que correspondem à cultura de um grupo social.

Para isso, são teorizadas as modalidades de educação formal, não-formal e informal, estas “seriam tentativas de setorizar o universo educacional e delimitar fronteiras no seu interior, o que não impede relações de complementariedade que envolvam a partilha de funções, objetivos e conteúdo” (TRILLA; GHANEN, 2008, p. 45).

Em suma, na obra, a educação formal é mais bem exemplificada pelo sistema educacional, sendo altamente institucionalizado, cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado. Já a educação não-formal pode ser identificada enquanto toda atividade considerada sistemática e educativa que está sendo realizada fora do sistema oficial, pois ambas são intencionais. Já a educação informal, além de ser informal, é considerada um

processo que dura a vida inteira, no qual as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades e discernimento a partir de suas experiências diárias e relação com o meio.

A tradicional distinção entre educação formal e não-formal se dá pela distância entre a educação não-formal e as formas canônicas de um espaço escolar, como por exemplo: um lugar próprio, horário e calendário escolar, presença de professor e aluno e pré-seleção e ordenação dos conteúdos.

Embora as pesquisas nessa área da educação sejam recentes, estas estão frequentemente associadas aos museus, isso se justifica porque “os museus possuem potencial para oferecer oportunidades educacionais a pessoas de todas as idades, formações, habilidades, grupos sociais e etnias, sendo caracterizado como um espaço de educação não-formal” (FIGURELLI, 2012, p. 43).

Foi por conta do crescente uso do conceito de educação não-formal por parte de diversos pesquisadores da área da Educação, principalmente professores de diversas áreas do conhecimento distintas que Daniela Jacobucci (2008), em seu artigo “*Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica*”, classificou que os espaços não formais de ensino podem ser de dois tipos: *instituições* e *não-instituições*.

Nos espaços definidos como *instituições*, classificação essa no qual se encaixa o Museu Parque Seringal, estão incluídos os espaços que dispõem de equipe técnica responsável pelas atividades e que estão regulamentados enquanto museus, centro de ciências, parques ecológicos, zoobotânicos, institutos de pesquisa e aquários.

Já os espaços classificados como *não-instituições*, são caracterizados como ambientes naturais ou urbanos que não dispõem de equipes técnicas, mas, onde é possível adotar práticas educativas, são exemplos os teatros, casas, ruas, cinema, praias, cavernas e até estádios de futebol.

2.2 O Museu Parque Seringal e o conceito de patrimônio

Um conceito que dialoga com as contribuições de Jacobucci (2008) é o conceito de Patrimônio que assumiu diversos sentidos ao longo do tempo e do local onde foi se instituído, sendo normalmente relacionado alguns usos e tradições de uma família ou de uma cidade, sendo ainda muitas vezes utilizado no cotidiano para representar o sentido de propriedades e posses.

Para esta pesquisa, utilizamos o conceito criado pelos autores Funari e Pelegrini (2006), presente na obra “*Turismo e Patrimônio Cultural*” onde a categoria Patrimônio é descrita como tudo aquilo que é constituído e caracteriza-se por ser um bem que foi apropriado pelo próprio

homem, com características únicas e particulares (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Nesse contexto, o termo “bem” expressa a diversidade de referências identitárias de diferentes grupos ou populações nas suas formas de agir, pensar, organizar e ser que constituem patrimônios que podem ser naturais ou culturais.

Patrimônio natural normalmente é um termo utilizado para se referir às paisagens naturais relevantes para o homem e para a sociedade por seu valor simbólico ou representativo, já o patrimônio cultural engloba os bens que são transformados pelo homem para compor o seu hábitat. Historicamente, o conceito de patrimônio serve aos Estados-Nação que buscam sua consolidação através da construção de uma memória ou de lugares de memória, nessa perspectiva, Dominique Poulot (2009, p. 230) expõe que “todo patrimônio é o resultado de um processo consciente de seleção”.

Em outras palavras, os objetos escolhidos são privilegiados no intuito de evocar uma leitura do passado que será reconhecida e validada como narrativa legítima, dado que Poulot (2009) toma como exemplo o contexto da Revolução Francesa, onde o investimento em museus representou uma estratégia de diminuir a influência da igreja, dando mais ênfase nas ações promovidas pelo Estado, sendo esse desprendimento do sagrado, em que é uma característica dos ideais iluministas e revolucionários.

Para Poulot (2009, p. 133) “eles funcionariam como um santuário laico, onde eram exaltados os grandes nomes e os feitos do Estado”. Segundo o autor, como prova disso, em 1792, a Convenção Nacional aprovou a criação de quatro museus, a saber: o Museu do Louvre; o Museu dos Monumentos; o Museu da História Natural e o Museu das Artes e Ofícios.

Nessa perspectiva de patrimônio, tem-se a ideia de Vidigal (2021) quando trata do conceito de patrimônio ambiental em seu trabalho de conclusão de curso, uma vez que define esse termo por ser um espaço de preservação e restauração do espaço em que se configura um ponto muito importante para a história dos locais que guardam memórias e são tombados como espaços de grande valia para a história, por serem localidades de ricas biodiversidades e materiais arqueológicos valiosos para o estudo da história.

Com isso, patrimônio ambiental é tudo aquilo que herdamos como marco da história e essa herança advém de todo o trabalho realizado em épocas históricas e servem como memórias imateriais para o cotidiano, sendo assunto para pesquisas escolares e acadêmicas relacionadas ao contexto histórico da época (VIDIGAL, 2021).

Outro autor que discorre sobre esse contexto é Françoise Choay que, na sua obra “*A alegoria do patrimônio*”, explica que “no bojo dessa nova ordem política protagonizada pela

burguesia estavam os objetos chamados por ele de como "alegorias do passado", evocados a fim de estabelecer uma narrativa e consolidar novos valores” (CHOAY, 2006, p. 97).

Essas alegorias do passado não se limitam só aos museus ou aos monumentos históricos, já que Choay (2006, p. 26) expõe que “todo artefato humano pode ser investido de função memorial e o termo se refere mais a uma diversidade de objetos de cultura material, imaterial, natural e/ou histórica”.

No Brasil, a primeira legislação patrimonial do país foi instituída durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), sendo o Decreto Lei nº 25 e o responsável por instituir o tombamento e estabelecer quais bens deveriam constituir o patrimônio nacional, o que demonstra uma perspectiva elitista (que não dialoga ou representa a coletividade) das primeiras propostas de preservação do patrimônio histórico e artístico no país.

Outro marco institucional importante que pertence ao mesmo período e é uma criação do governo de Getúlio Vargas, nomeada como Lei nº 378 e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que hoje é chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao qual, no âmbito nacional, é o órgão responsável pela fiscalização, identificação, restauração e desenvolvimento de projetos de revitalização dos bens patrimoniais brasileiros.

Infelizmente, nem sempre esses instrumentos legais são neutros e imparciais, e isso se justifica pelo fato de o conceito de patrimônio estar em constante construção, movimento e redefinição, já que esse campo é conflituoso, democrático e conflitos e resistências fazem parte dele. Na década de 1980, vários movimentos sociais passaram a reivindicar à memória como instrumento de luta, já que invocar o passado e associá-lo a concepções ideológicas é uma das estratégias mais sutis de dominação e legitimação do poder.

Se anteriormente as temáticas relacionadas ao patrimônio estavam mais presentes nas discussões acadêmicas do campo da arquitetura, é porque a historiografia brasileira ainda estava pautada numa concepção positivista, voltada para a história oficial e os nomes de heróis, bem como as datas comemorativas.

Hoje, o conceito de patrimônio cultural demonstra a preocupação em valorizar a diversidade da cultura popular como parte integrante da cultura nacional, de maneira não surpreendente, a categoria “patrimônio” se tornou uma pauta constante nos debates do campo de Ensino de História como forma de favorecer o exercício da cidadania.

Como exemplo disso, temos a dissertação de Aletícia Rocha da Silva (2018) intitulada “*Educação Patrimonial no Ensino de História: A feira livre como espaço de aprendizagem histórica em colinas do Tocantins*” onde demarca o trajeto e a importância do patrimônio

cultural para o Ensino de História, partindo da origem e o significado do conceito de patrimônio, seus desdobramentos e inserção no Ensino de História.

Sendo esse, um ensino de História que valoriza o patrimônio cultural e representa um rompimento com o Ensino de História tradicional que preza pelas narrativas acerca de grandes heróis e símbolos que persistem até os dias de hoje nas escolas brasileiras, mostrando a possibilidade de vincular o aprendizado em sala de aula como o dia-dia dos alunos, dando significado ao conteúdo a partir de uma visão que enxerga os alunos como protagonistas do aprendizado.

Outro trabalho que se destaca é a dissertação de mestrado de Rosângela Duarte (2020) intitulado “*Conhecimento histórico escolar e Educação Patrimonial no Museu Memorial da Balaiada*” que investiga as possibilidades pedagógicas no Museu Memorial da Balaiada em Caxias (Maranhão), como recurso didático nas aulas de história trabalhando os conceitos de memória, patrimônio e museu.

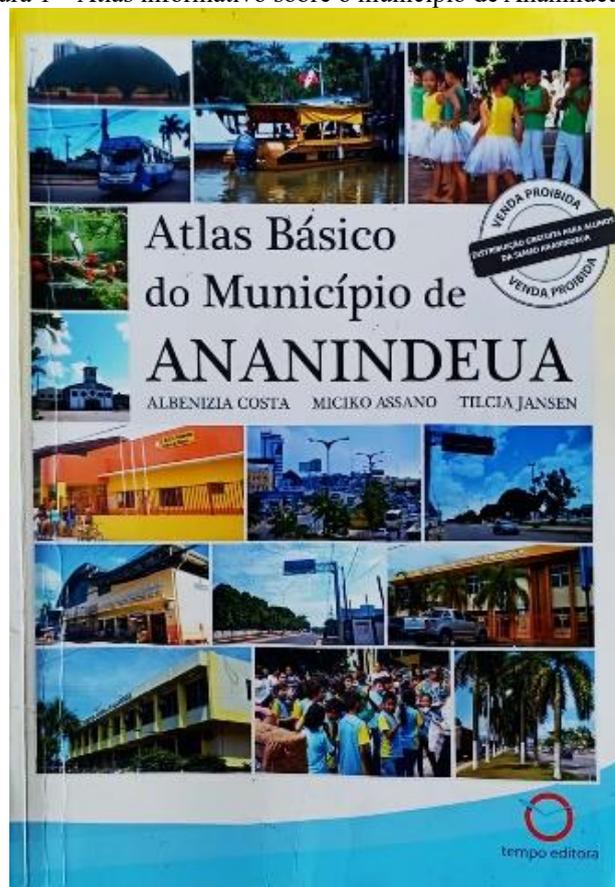
Na década de 1990, Ulpiano Meneses (1994, p. 9) já dizia que “o tema da memória está em voga mais do que nunca [...] multiplicam-se os arquivos, bibliotecas, museus e coleções em geral”, e que a utilização dessas instituições gera uma possibilidade para o processo educativo, o qual representa a chamada Educação Patrimonial, uma metodologia baseada no pluralismo cultural que também permeia a discussão do que é um patrimônio presente na carta constitucional de 1988, e destaca as responsabilidades acerca da proteção e preservação em colaboração com o poder público.

Outro conceito que pode permear essa discussão é o conceito de Educação Museal, que está relacionado mais diretamente as práticas educativas em museus. Melo (2015) afirma que a Educação Museal consiste em compreender o processo museológico enquanto processo formal para uma ação educativa e vale ressaltar que na Educação Museal as ações educativas se delimitam aos museus, enquanto na Educação Patrimonial há um processo educativo de conscientização das comunidades mais voltado para a defesa dos lugares de memória, monumentos e patrimônios culturais e regionais em geral e a sua preservação.

Um material que não só reflete sobre a construção do patrimônio, mas, que também alimenta as discussões patrimoniais que estão relacionadas ou são propostas pela legislação do município de Ananindeua e da Lei nº 2.560/2012, e o “*Atlas Básico do Município de Ananindeua*”. Mas, o que seria o Atlas Básico do Município de Ananindeua? Podemos definir um atlas como uma coleção de mapas e informações cartográficas, geográficas agrupadas num livro. Esse Atlas em particular, é um material criado pela Tempo Editora, a partir de uma iniciativa da prefeitura da gestão 2008-2012 que visava para sedimentar uma narrativa de

origem da cidade que estivesse à disposição do público-alvo, a saber: os alunos e profissionais do ensino básico da rede municipal de ensino. Abaixo, a figura 19 traz a capa do atlas ilustrado.

Figura 1 – Atlas informativo sobre o município de Ananindeua-PA



Fonte: Acervo pessoal (2023).

As informações contidas nessa produção foram coletadas de diversas bases de informações disponíveis como pesquisas in loco, levantamento de dados primários e secundários nos órgãos, e entidades sediadas no município e informações da base de dados do IBGE, valendo ressaltar que um Atlas é apenas um informativo e não um trabalho historiográfico. Ainda assim, o conteúdo contido no Atlas está dividido cronologicamente, o qual resume a “História de Ananindeua” em três partes, onde a primeira é denominada como “As origens do município de Ananindeua”; a segunda parte diz respeito sobre a “Paisagem e a Geografia de Ananindeua” e a terceira foca no “Ananindeua Hoje”.

Entre as justificativas para criação desse trabalho está em “compreender os aspectos que projetaram Ananindeua a um cenário de destaque na região amazônica, além de sistematizar fontes, dados técnicos e informações no geral para compreender a história do município,

passando por aspectos políticos, culturais e econômicos e levá-la a diversas esferas da sociedade.

Até o presente momento não sabemos quais esferas são essas, todavia o material se compromete em esclarecer o assunto para adultos, jovens e crianças através de gráficos, tabelas e imagens. O fato é que o material foi entregue na escola municipal Jardim Anexo I (que fica de frente para o Museu Parque Seringal), onde está clara a mensagem de que Ananindeua é uma metrópole em construção diária e que essa construção perpassa pela educação. Com isso, não temos ciência se todas as escolas da rede municipal receberam esse material, se foi uma ação restrita às escolas do conjunto Cidade Nova ou se ficou a cargo dos servidores.

Em suma, o conteúdo presente na primeira parte do referido Atlas, diz respeito a um breve histórico da localidade, partindo da ocupação colonial de Ananindeua até o advento da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB), e o surgimento de povoados nas imediações das paradas e estações da EFB (como foi o caso de Ananindeua), não ignorando também a ligação com a história de Belém, mencionando ainda a retirada de famílias com menor poder aquisitivo da capital em direção ao município. Logo em seguida, são apresentados os símbolos do município, como no caso do brasão e o hino municipal, e os significados dados a eles.

Na segunda parte, é abordada a paisagem do município, partindo dos limites geográficos onde está presente a discussão acerca da conurbação com Belém, com direito a menção às ilhas de Ananindeua, que ao todo são catorze. Como finalização nessa segunda parte do Atlas, são apontados dados como clima, relevo, hidrografia, áreas consideradas urbanas e áreas rurais.

A terceira parte merece bastante atenção, pois consiste claramente numa divulgação do trabalho da gestão em vigor no município na época no que diz respeito a educação, acesso e permanência de alunos, como também dados do IDEB, as novas escolas e o Museu Parque Seringal, demonstrando como a instituição do MUPS representou o surgimento de uma política patrimonial no município de Ananindeua, sugerindo ainda que ele é o primeiro museu do estado do Pará dedicado ao ciclo econômico mais importante da história do Estado.

Com ênfase no acervo documental, o Atlas traz mais do que o processo histórico-geográfico, ele permite a pesquisa educacional e fortalece o reconhecimento da importância cultural das manifestações tradicionais existentes no município de Ananindeua, abordando ainda o patrimônio material e imaterial que deve ser apresentado ao público-alvo e preservado pela população, por meio da educação. Entre os exemplos de bens culturais citados, temos as ruínas do açude Maguari, a comunidade do Abacatal, as lendas urbanas de Ananindeua e as ilhas do município. Cabe ressaltar que o material é referente ao ano de 2012, e todos os bens culturais eram desconhecidos pela maioria da população e logo não eram valorizados.

É inegável que, nesse contexto, embora esse Atlas contenha uma análise mais ampla e curta, são apenas 64 páginas apresentadas, porém, ele também pode ser considerado um instrumento de grande valia para valorização da história do município. Mais do que isso, por ser contemporâneo, da mesma gestão que construiu o MUPS, demonstra a expectativa criada sobre enquanto um local que permite à população a uma aproximação com as obras, objetos e manifestações, e proporcionam a reflexão acerca do que é utilizado para a valorização da identidade, história e cultura do município de Ananindeua, mas, acabou sendo invisibilizado pela fragilidade da política educacional do município.

2.3 Museus no ensino de História

Não há como discutir sobre o campo do Ensino de História na atualidade sem refletir acerca das diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), um currículo oficial, que serve de referência nacional para escolas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio no Brasil que teve a sua 3ª versão redigida e aprovada no ano de 2017.

Pelo seu propósito norteador de estabelecer um currículo mínimo obrigatório de conteúdos, competências e habilidades por disciplina, representa não só legitimação de determinados conhecimentos para comunidade escolar, mas, também a exclusão de outros. Já que por “currículo” entendemos um conjunto de experiências e conhecimentos que devem ser ofertados ao aluno e, portanto, aprendido e ensinado na escola, por seu papel de orientação das práticas pedagógicas (LIBÂNEO, 2005). É do interesse dessa pesquisa enfatizar quais são as possibilidades apresentadas pela BNCC, no que diz respeito ao conceito de Patrimônio Histórico.

Para nos situar com respeito as diferenças entre as três versões da BNCC, teremos como referência o trabalho de Pereira e Rodrigues (2018), que faz uma análise baseada na temática “identidade” e levanta debates especialmente relacionados a formação histórica do Brasil e a constituição identitária do país. Para os autores, a versão mais atual do documento esvazia os conteúdos da aula de história no seguimento dos anos finais do seu potencial crítico, porque limita as possibilidades de trabalhar com História Local, ou seja, afasta a possibilidade de trabalhar temas globais a partir de recortes espaciais próximos da vivência dos alunos se atendo em uma aprendizagem extremamente conteudista, sem rigor epistemológico e reflexão crítica.

Com relação ao campo do patrimônio cultural, o documento desde o eixo dos anos iniciais apresenta uma abordagem interdisciplinar, isto é, não é uma discussão isolada, mas que

perpassa pelas cinco grandes áreas, a saber: 1) Linguagens; 2) Matemática; 3) Ciências da Natureza; 4) Ciências Humanas; e 5) Ensino Religioso.

Nas Ciências Humanas, merece destaque a ênfase em valorizar o entrelace do aluno e a sua comunidade para estabelecer uma possibilidade de discutir a cidadania como valor essencial, através de habilidades que visam a compreensão da própria identidade e o respeito a culturas plurais e as diferenças entre elas.

Nesse sentido, a BNCC assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais⁵ (PCN) incentivam o professor à busca de novos locais para atuação do ensino suscitando, por exemplo, a utilização de espaços não formais de ensino como instrumento para aplicação das novas metodologias de ensino que buscam uma aprendizagem mais significativa (BRASIL, 2018).

Aqui, os museus são clássicos exemplos de espaços que oferecem possibilidades para que professores consigam atender as demandas presentes na BNCC acerca da busca de novas metodologias para o ensino, saindo assim do ambiente escolar e levando o aluno até o objeto de estudo, fazendo com que este aluno tenha uma percepção maior do conteúdo que está sendo ministrado. No entanto, o ensino de história tradicional reduz o papel do museu apenas à catalogação, não problematizando as ausências em meio ao conteúdo selecionado para exposição no espaço e nem refletindo sobre as questões que envolvem memória, narrativa, identidade e cidadania.

Na França do século XX, o Movimento dos Annales⁶ buscou enriquecer o fazer historiográfico através de uma “outra história” (ou nova escrita da história), a fim de fazer oposição e combater a chamada escola tradicional metódica ou positivista, que se concentrava desde a antiguidade em narrar o sentir, o pensar e o agir dos poderosos.

Os primeiros líderes deste movimento foram Lucien Febvre inspirado em Michelet e Marc Bloch, inspirado em Durkheim, que insatisfeitos com a pobreza e reducionismo das análises feitas sobre o passado apostaram em inovação temática e abordagem interdisciplinar, incorporando elementos da geografia e da sociologia por exemplo (Burke, 1992).

Não à toa, o movimento dos Annales ficou conhecido por narrar uma “história sem nomes” já que o seu foco era buscar compreender estruturas sociais, culturais e econômicas para além dos eventos e datas através de uma “história problema”.

⁵ Os PCN representavam as orientações pedagógicas por parte do Ministério da Educação desde 1998, mas caíram em desuso.

⁶ Peter Burke, em “A Escola dos Annales” (1997), apresenta o movimento enquanto a “Revolução Francesa da Historiografia”, já que ela apresentou perspectivas antes negligenciadas além da narração dos grandes fatos.

No Brasil, esses debates se consolidaram na década de 1990, através do campo do Ensino de História, que envolve desde pesquisas com ênfase ao aprimoramento teórico-metodológico até a formação de professores do ensino básico. Podemos considerar que um dos fundamentos presentes nas pesquisas do referido campo é a rejeição da concepção que reduz o conhecimento escolar como um conhecimento vulgar ou inferior ao conhecimento produzido nas universidades. Sobre isso, Pacheco (2017, p. 12) ressalta que “sempre é importante fazer a distinção entre o ensino de História enquanto disciplina escolar e a sua ciência de referência”, caso contrário, há uma grande possibilidade de o professor apenas estar reproduzindo narrativas.

Hoje, o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História é uma amostra do destaque do campo do Ensino de História. Criado em 2013, o Programa tem como objetivo a formação continuada de professores que desenvolvem pesquisas que integram a teoria e a experiência do “chão da sala de aula” no intuito de aprimorar práticas pedagógicas através da produção de conhecimento, pois, atualmente, esse Programa de Pós-Graduação já está estruturado em 39 universidades associadas, sob coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Vale ressaltar que a criação dos eventos e espaços acadêmicos voltados para a temática do Ensino de História se deu durante o período da redemocratização (1988), com destaque para o I Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, na Universidade de São Paulo (USP) trazendo reflexões sobre o que a História está ensinando e qual tem sido a sua contribuição para a formação do cidadão brasileiro.

Onde, duas apresentações manifestaram interesse pelo uso dos museus no Ensino de História, sendo elas: “*Museu e Ensino de História*” de Myoko Makino, Ricardo Nogueira e Maria Cecília Malheiro (1988) e “*Museu e Ensino de História: uma interação indispensável*” de Elaine Hirata, Célia Demartini, Denise Peixoto e Judite Elazari (1988).

A primeira comunicação se propôs a desfazer a imagem tradicional do museu de História, a partir de propostas que visam melhorar o aproveitamento de visitas extraclasse considerando o Museu Paulista como exemplo de espaço privilegiado para construção de conhecimento. Já a segunda comunicação expõe uma crítica à visão privilegiada sobre as fontes escritas para a interpretação das sociedades passadas e a desvalorização da potencialidade dos bens materiais, acervos museográficos e objetos.

Como observado, ambas representam uma ruptura em relação aos usos da disciplina de história no Brasil, pois, concentram suas discussões no uso das exposições para problematizar

a exaltação do passado e os discursos oficiais partindo de orientações metodológicas interativas em relação as fontes históricas disponibilizadas nos acervos nos museus.

A partir de 1990, os museus seguem inseridos como objeto e ponto de partida das pesquisas em Ensino de História, ganhando destaque como espaço para a aprendizagem histórica a partir dos objetos expostos, como artefatos, documentos ou itens tangíveis.

Por aprendizagem histórica nos referimos a compreensão do passado a partir de fontes, o trabalho de Ulpiano Bezerra de Meneses (1994) intitulado “*Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico*”, é um marco nesse sentido, pois expõe a diversidade de conhecimentos que podem ser construídos de maneira envolvente a partir das exposições museológicas, não à toa, é até hoje dos referenciais teóricos mais utilizados nas pesquisas que envolvem museus e ensino.

No artigo “*Museu, ensino de história e sociedade de consumo*” (2001) Francisco Ramos afirma que todos os museus sempre têm um caráter pedagógico embutido (mas, às vezes, não confessado). Esse caráter pedagógico pode ser notado a partir de uma análise sobre a articulação de ideias presentes na narrativa do museu ou ao elogio ou a ausência de certas personalidades, mas, esses detalhes passam despercebidos se não houver o que o autor chama de “alfabetização museológica”.

Isto é, atividades lúdicas que utilizem materiais do cotidiano com o intuito de sensibilizar os visitantes diante do que é mostrado, uma vez que nem sempre o potencial educativo dos museus é explorado em sua potencialidade e que para muitos “o acervo só ilustra o que já foi ministrado nas aulas de história”.

Quando temos uma alfabetização museológica, o que antes era um objeto a ser contemplado, passa a ser um objeto de análise, sobre isso, Ramos (2001) afirma:

Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente. Mostrando relações historicamente fundamentadas entre objetos atuais e de outros tempos, o museu ganha substância educativa, pois são construídas relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar (RAMOS, 2001, p. 111).

Infelizmente, para muitos, a ida ao museu representa apenas a possibilidade de uma “excursão” que se limita (pedagogicamente falando apenas) a uma descrição teórica do passado ao invés de uma prática de pesquisa que envolve análise crítica e formação intelectual dos alunos. Essas finalidades pedagógicas da cultura material presente nos museus enquanto fonte de conhecimento histórico fazem dos museus “objetos geradores”. Termo inspirado na metodologia freiriana, que tem como sua parte essencial as “palavras geradoras”.

O uso das palavras geradoras tem como objetivo fugir do método tradicional de ensino, partindo de uma abordagem de que propõe a resolução de problemas, onde o aluno é incentivado a participar do próprio processo de aprendizagem, buscando autonomia e aprendizagem significativa.

3 O SERINGAL HISTÓRICO: MEMÓRIA E TRAJETÓRIA

3.1 O ciclo da borracha como pano de fundo do MUPS

A presente seção traz uma apresentação das dimensões históricas abordadas nas exposições presentes no MUPS, tanto no que diz respeito a trajetória da instituição quanto à temática do ciclo da borracha. O ciclo da borracha é um termo utilizado para se referir ao período que se deu no fim do século XIX ao início do século XX, quando o Brasil foi o principal produtor da borracha a nível mundial, graças a exploração das seringueiras na Amazônia. Por ser o habitat das Seringueiras, a Amazônia foi a única região fornecedora de borracha até 1880, mantendo a hegemonia desse mercado por aproximadamente 60 anos.

Para compreender a importância do ciclo da borracha, é vital saber mais sobre o histórico econômico da Amazônia, sobre isso, o historiador Pere Petit (2003) assinala em seu livro “*Chão de Promessas*”, que os portugueses na Amazônia priorizaram até o século XVII as atividades econômicas relacionadas as Drogas do Sertão, como canela, cravo, baunilha, castanha, copaíba, até a descoberta do látex que dá origem a borracha.

Contudo, o *boom* da borracha no mercado mundial não se deu de maneira instantânea, Barbara Weinstein (2003) justifica que no princípio do século XIX, a borracha ainda era um produto considerado comum na Europa, até porque a utilização limitada por conta da sensibilidade do produto às mudanças de temperatura.

Daí a necessidade de aperfeiçoamento no processo de vulcanização da borracha concluído por Charles Goodyear em 1839, a fim de torná-la mais durável e mais resistente ao calor sem perder a sua elasticidade. Foi a partir do desenvolvimento dessa técnica que houve o aumento na demanda pela produção da borracha que logo estaria presente em quase todos os bens industriais. Em números, em 1840, apenas um ano depois da descoberta de Charles Goodyear, a exportação de borracha saltou para 388 toneladas, quantidade que seria praticamente duplicada dez anos depois por Goodyear em 1980 (WEINSTEIN, 2003).

Para Weinstein (2003, p. 15), “a comercialização da borracha trouxe para uma região que por muito tempo foi esquecida um crescimento demográfico sem precedentes, o lugar que antes era sinônimo de atraso se tornou um dos centros mais promissores de todo o Brasil”. O impacto econômico foi tão grande, que no fim do século XX, a Amazônia saiu do *status* de região economicamente atrasada, Belém, a capital do Pará (onde a borracha era armazenada e em seguida vendida), chegou a registrar cerca de 150 mil habitantes.

O autor reforça que “durante os anos entre 1852 e 1862, a borracha era o produto que representava 65% das exportações do estado do Pará” (WEINSTEIN, 2003, p. 55). Calcula-se que ao todo saíram mais de 21 mil toneladas de borracha da Amazônia Brasileira. A cidade de Manaus, que também alcançou protagonismo, mas, em menor escala alcançaria a casa de 75 mil habitantes em 1920.

E reitera: “há quem diga que os números da exportação da borracha bruta cresceram em 500%, eclipsando assim todos outros produtos produzidos na região, para a sustentação desse comércio” (WEINSTEIN, 2003, p. 75). O papel do seringueiro, que muitas vezes é esquecido será primordial, sendo ele o responsável (e principal elemento da produção) por talhar a seringueira e recolher a sua seiva.

O seringueiro era a menor peça dessa grande engrenagem, era o trabalhador que se embrenhava na Floresta e coletava a borracha, parando em cada seringueira; fazia-lhe um corte e posicionava uma pequena tigela onde o látex pudesse ser coagulado. Nos fins de semana, o seringueiro entregava toda a sua produção no Barracão que pertencia ao proprietário da Terra, o seringalista ou ao chamado aviador, que negociava a produção dos seringueiros em troca de ferramentas ou luxos.

É importante distinguir aqui o seringueiro do seringalista, pois, enquanto o seringueiro atua numa relação de trabalho que se assemelha à servidão, estando sempre em débito com o seringalista através do sistema de aviamento.

Em conformidade com Silva (2018), esse contraste social entre os seringueiros e os seringalistas pode ser explorado através da exposição presente no “Museu do Seringueiro”, localizados no interior do Museu Parque Seringal, levantando reflexões pertinentes sobre a relação ao “senhor da borracha” e ao “seringueiro”.

Vale destacar que segundo Bárbara Weinstein (2003), o papel do seringueiro se torna ainda mais importante à medida que se considera que poucas regiões do planeta são tão desafiadoras quanto a imponente Amazônia, aspectos como o tamanho, em que a “Amazônia representa 1/3 do continente e só a região da Ilha do Marajó é maior do que a Suíça, e a complexidade do seu sistema fluvial sempre dificultaram a vida dos desbravadores” (WEINSTEIN, 2003, p. 19).

Ainda assim, em 1827 a Amazônia já exportava em 31 toneladas de borracha e em 3 anos, esses números subiram para 130 toneladas. Em 1910, as fábricas norte-americanas produziram quase 200 mil automóveis e cada um dos modelos produzidos exigia 4 pneus e um estepe feitos a partir da borracha que vinha da Amazônia, que até 1880, foi a única região produtora de borracha em escala mundial.

Esses números ressaltam o caráter comercial das visitas europeias à Amazônia, a visão do lugar enquanto “a terra do amanhã” seria questão de tempo até que a indústria local da borracha fosse relegada apenas ao papel de produtora da matéria prima.

Outro ponto que prova isso, é que as florestas exploradas eram acessíveis, mas era necessário ter condições financeiras de bancar a empreitada em termos de tecnologia e trabalhadores, o que não era para qualquer um, já que depois da Cabanagem faltava mão de obra na região, em que 30.000 vidas se perderam no conflito (WEINSTEIN, 2003). O autor reitera: “mas, o impacto econômico da borracha foi tão grande que nesse período, a população da província do Pará quase duplicou [...] e o número de amazonenses saltou de 47.672 para 115.114 (WEINSTEIN, 2003, p. 72).

Isso se relaciona com o que escreveu Sarges (2002), que afirma que essa problemática só seria solucionada a partir da migração interna, feita por levas de nordestinos a partir de 1877. Não é exagero afirmar que a capital de Belém (enquanto principal porto de escoamento) prosperou tanto com a economia da borracha quanto a de Recife nos tempos da economia açucareira, e São Paulo com a economia cafeeira, além de ter um dos três portos mais movimentados do país (perdendo só para o Rio de Janeiro e Santos). Sem falar que até outros produtos de origem extrativista também passaram a ser olhados com mais cuidado.

Outros centros da região amazônica como Manaus, que embora tenha sido uma cidade produzida pela economia da borracha, em 1910 não tinha nem metade da população de Belém. Segundo Weinstein (2003, p. 136), “Belém chegou em 1912 a 275.167 habitantes”, e, por sua vez, Sarges (2002) afirma que Belém em 1920 já tinha 236.402 habitantes.

As consequências da riqueza gerada pela borracha são materializadas através da modernização e reorganização (até pela questão demográfica) do espaço público de Belém. Não à toa, nesse processo de adequação à nova realidade, a cidade das mangueiras se tornou uma das mais notáveis da América Latina.

Linha de bondes elétricos, serviço telefônico, água encanada, energia pública elétrica, praças como a Praça da República e edifícios como o Teatro da Paz, Palacete Bolonha e Palacete Pinho. Vale ressaltar que essa aura da modernidade que (ficaria famosa em Paris e Viena) alcança Belém, não visa atender aos interesses e necessidades população, mas, de uma elite.

Esses são os fragmentos de história que são trabalhados em sala de aula com os alunos da educação básica, os quais não fazem referência a um parque ou museu parque, localizado na região metropolitana da cidade de Belém. Os vestígios desse período, dessa história áurea da borracha no Pará, estão presentes nas marcas de modernidade e urbanização

presentes em prédios e praças da cidade de Belém, nos bairros mais centrais, vestígios nem sempre percebidos ou relacionados ao Ciclo da Borracha.

Conceição (2021) relata ainda que dentro do espaço do Parque Seringal, é possível fazer uma construção histórica entre economia e exploração da natureza, visto que este tipo de abordagem é indissociável de centros de conservação ambiental.

Ressaltando assim a praticidade do como um ambiente interdisciplinar, já que diversas árvores ainda datam do período de 1940, destacando a importância da educação ambiental, indo além dos aspectos históricos do ciclo da borracha e interligando a educação ambiental e o ensino de história, pois, de acordo com Conceição (2021, p. 37):

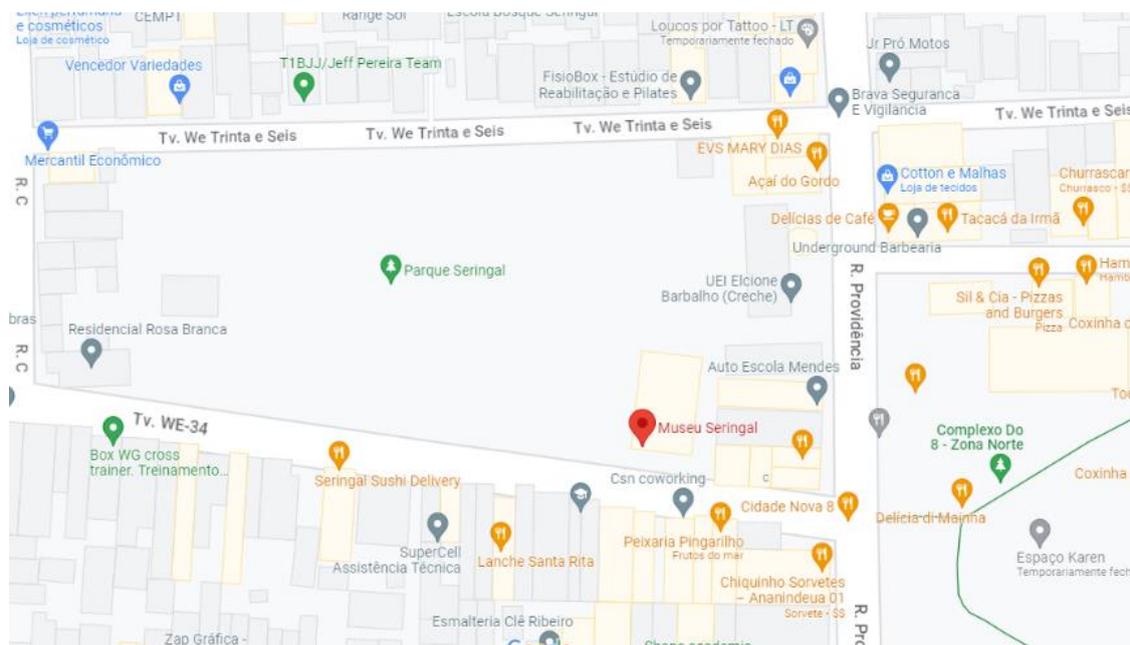
Uma leitura atenta ao meio ambiente do ponto de vista da árvore de seringueira como uma espécie geradora do debate em torno da História da Amazônia que perpassa diferentes momentos da História do Brasil e do mundo, tem a possibilidade de discutir o processo Histórico sob outros aspectos, ou seja, desencadear temas às aulas de História a partir da observação da natureza como a existente no Museu Parque Seringal.

Levando-se em consideração que o MUPS remete à memória do ciclo da borracha, as relações sociais do período e ainda questões intrínsecas à natureza (como a importância das seringueiras para a região amazônica), fica claro o potencial educativo da instituição enquanto cenário que viabiliza reflexões acerca de desenvolvimento de um entendimento histórico, que, em muitos casos, só é viabilizado por fontes documentais, quase sempre escritas e/ou oficiais, limitadas muitas vezes pela narrativa oficial acerca do período.

3.2 A trajetória do Museu Parque Seringal: entre a memória e a educação patrimonial

O presente trecho desta pesquisa tem como tônica a trajetória e o processo de construção do espaço do Museu Parque Seringal. Concluído no ano de 2012, o MUPS é considerado primeiro museu do município de Ananindeua-PA e está localizado no bairro Cidade Nova, parte central do município, entre a WE 35 e a WE 33, no conjunto Cidade Nova VIII. Abaixo, a figura 6 expressa a localização do espaço em questão.

Figura 2 – Localização do Museu de Ananindeua-PA “Parque Seringal”



Fonte: Google (2023).

Até o ano de 2012, o local onde hoje é o Museu Parque Seringal era propriedade pertencente a comunidade de imigrantes japoneses na subdivisão Cidade Nova VIII, onde havia uma plantação de 118 Seringueiras, termo científico conhecido como *Hevea brasiliensis*, que ocupava um espaço estimado em 12 mil m², que resistiu ao processo de urbanização do território, marcado pela construção do conjunto Cidade Nova, parte central do município de Ananindeua.

Sua institucionalização foi oficializada pela Lei municipal nº 2.560/12, que visava transformar o local em: “um espaço construído com o objetivo de reconhecer as Seringueiras como parte da história e do patrimônio do município” a partir de disposições legais de caráter educativo e cultural que estão no bojo da construção do Museu Parque Seringal, estas seriam:

- I – manter o ecossistema natural de importância regional e local;
- II – garantir a preservação, a pesquisa e a proteção da fauna e da flora ali existentes;
- III – promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação do patrimônio natural do município;
- IV - proporcionar o resgate da identidade patrimonial histórica e da cultura locais, com destaque à valorização do Ciclo da Borracha;
- V – proporcionar à população condições de exercer atividades culturais, educativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado (ANANINDEUA, 2012, cap. I-V, art. 2).

Pode-se perceber como dispostos nos capítulos I, II e III, os quais enfatizam e relacionam o espaço do MUPS com a preservação ambiental, o ecossistema natural, a

preservação da fauna e da flora e a educação ambiental, sendo este último o ponto principal de uma dissertação do ProfHistória do *Campus* de Ananindeua (PA).

Numa perspectiva distinta da que foi consolidado por Conceição (2021), em que foca no MUPS a partir de contribuições da museologia enquanto um exemplo da mudança de perspectivas presente nos museus em relação à natureza, passando de uma representação puramente estética para a visão patrimonial dela.

Entretanto, para esta pesquisa os capítulos IV e V, dispostos no art. 2º, são mais interessantes, já que versam, respectivamente, sobre resgate da identidade patrimonial e da cultura local e proporcionam atividades culturais e educativas (ANANINDEUA, 2012).

O capítulo IV da Lei nº 2.560/12, que indica enquanto função da instituição MUPS proporcionar, ou seja, abastecer as discussões sobre a identidade patrimonial histórica e da cultura do município de Ananindeua, com ênfase no ou a partir do chamado ciclo da borracha.

Machado (2004), por sua vez, afirma que na pós-modernidade como consequência do capitalismo “vivemos numa pastiche de identidades e culturas objetivadas para vender, e a partir desse entendimento, desenvolve o conceito de “identidade-para-o-mercado” quando a própria cultura está a serviço de uma valorização do lugar que se caracteriza como situacional e estratégica” (MACHADO, 2004, p. 211).

Entretanto, a Lei nº 2.560/12 deixa uma “brecha”, pois, em nenhum momento menciona ou descreve quais são os elementos ou lugares de memória que compõe a identidade patrimonial histórica e da cultura de Ananindeua. Esse fato chama a atenção, pois mesmo no objetivo de se valorizar a trajetória de Ananindeua essa disposição legal, deixa a caráter subjetivo o entendimento sobre o elenco que forma o patrimônio do município.

Curiosamente, na frente do prédio da Prefeitura de Ananindeua existe uma placa que tem como objetivo orientar geograficamente o visitante do município e por isso enumera dez lugares que poderiam ser utilizados como ponto de referência.

Embora não tenhamos nenhuma escola mencionada, existem lugares propícios para uma educação não formal e que poderiam ser mencionados como exemplos a lei, tanto quanto a Igreja, Praça Matriz e o Parque Ambiental Antônio Danúbio. Abaixo, a Figura 3 expressa a placa enumerada com 10 pontos de referências.

Figura 3 – Placa com enumeração de pontos de referências



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Ainda tratando das funções do MUPS, segundo a legislação municipal, a disposição nº V enfatiza a responsabilidade do local estar em condições (tanto em termos de preservação, quanto em auxílio profissional), não só para o uso da comunidade escolar ou acadêmica, mas, também da comunidade como um todo para realização de “atividades culturais e educativas e de lazer”.

Visto que a necessidade de valorizar espaços públicos atividades culturais e educativas e de lazer, vale ressaltar que o primeiro Parque Ambiental do município de Ananindeua foi o Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva, criado por meio da Lei Municipal nº 2.472, de 5 de janeiro de 2011 e ilustrado na Figura 4 a seguir.

Figura 4 – Parque Ambiental de Ananindeua-PA “Antônio Danúbio”



Fonte: YouTube (2023)⁷.

Seus objetivos? Além de manter o ecossistema natural, garantir a preservação e a conservação da fauna e flora, e proporcionar à população um ambiente de atividades culturais, educacionais, recreativas e de lazer. Teoricamente, o MUPS além de pertencer a mesma gestão também segue à mesma toada, embora possamos perceber um descompasso entre ações que visam a preservação ambiental e ações educativas sobre o patrimônio e a cultura local.

Foi em 2012 que a gestão do município, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) iniciou uma reestruturação no local, para delimitá-lo e conseqüentemente redefini-lo como Museu Parque Seringal.

Essa reestruturação teve como ponto de partida a tomada de medidas legais para patrimonialização das seringueiras, fazendo do lugar uma unidade de conservação de uso sustentável por meio da já mencionada lei municipal nº 2.560/12, publicada no Diário Oficial nº 144916, com direito a registro no Sistema Nacional de Unidades de Preservação (SNUC) e como Área de Relevante Preocupação Ecológica (ARIE), uma categoria descrita como:

Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. § 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas. § 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico (BRASIL, 2011, cap. III, art. 16, § 1º-2º).

⁷ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=1LQSYentpdY>.

Atualmente, existem 35 áreas classificadas como ARIE segundo o (CNUC), todas com menos de 5.000 hectares, sendo 16 delas na esfera Federal, 11 na esfera Estadual e 8 na esfera Municipal. Antes, o terreno em questão e que hoje corresponde a localização do MUPS pertencia à Terezinha Hasegawa e passou a ser chamada pelos moradores do entorno como “O Seringal”.

Um terreno baldio e perigoso, principalmente pela parte da noite, raramente alvo de políticas de saneamento e preterido em relação ao Complexo Esportivo Chiara Lubich, também conhecido como “Complexo do VIII”. O subconjunto Cidade Nova VIII era uma área dividida em lotes que pertencia a um grupo de 10 famílias de imigrantes japoneses, que venderam os seus lotes à Companhia da Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA).

Foi no dia 4 de abril de 2012 que o espaço foi inaugurado com novas edificações como diversas funcionalidades: o anfiteatro, o memorial do seringueiro, um restaurante, dez aparelhos para exercícios ao ar livre e um playground infantil.

Sem contar as diversas estruturas de apoio retratadas nas Figuras 5, 6, 7, 8, 9 e 10 a seguir, desde placas informativas, até postes de iluminação, lixeiras e um posto da guarda municipal.

Figura 5 – Informativos dos espaços dentro do Museu Parque Seringal



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 6 – Área de recreação infantil



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 7 – Guarita da Guarda Municipal



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Dentre essas estruturas, se destacam por ofertar possibilidades educativas, estas seriam: a) o *anfiteatro* e b) o *memorial do seringueiro*. O anfiteatro é onde reside a administração do local, sua estrutura externa é caracterizada por um largo pátio externo que serve de ponto de encontro e reuniões abertas, enquanto o espaço interno dispõe de duas salas de apoio.

Foi onde consegui o primeiro contato com um funcionário do MUPS, no dia 21 de maio de 2023, por volta das 10h38 da manhã. No referido dia, quem me atendeu foi o senhor responsável que trabalha supervisionando o perímetro do local aos fins de semana.

Foi ele que me forneceu o horário de funcionamento da administração da instituição, com quem poderia falar sobre agendar uma visita guiada, disse também que eu poderia mencioná-lo caso voltasse no horário informado e me elogiou pela iniciativa de tentar trazer uma turma até o espaço ressaltando que o objetivo do MUPS é esse.

Ainda chegamos a falar sobre a questão do abandono do local, mas, combinei que numa outra oportunidade retornaria ao local num horário oportuno para que pudesse realizar uma entrevista oficial com ele. A seguir, a Figura 8 do anfiteatro do Museu.

Figura 8 – Espaço do anfiteatro do Museu Parque Seringal



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Já o Memorial do Seringal consiste numa exposição museológica que tenta reproduzir o cenário da moradia do seringueiro e elementos do seu cotidiano, a fim de ofertar uma experiência singular proporcionada pela união dos elementos paisagísticos, arquitetônicos e

históricos, mas, lá as visitas são permitidas apenas mediante agendamento, para que haja acompanhamento profissional.

Figura 9 – Espaço interno Memorial do Seringal



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Recentemente, a instituição vem passando por vários problemas devido à falta de manutenção, as estruturas, construídas em madeira, já se encontram em avançado estado de degradação, pois existem tábuas soltas e buracos por todo o pátio externo, como também degradação no telhado.

Essa condição impede a circulação de pessoas, especialmente crianças e afeta o uso do espaço por parte da comunidade local, por esta razão, a gestão local decidiu fechar a exposição como medida de segurança, até que reformas possam ser efetuadas no espaço.

Figura 10 – Entrada principal do Espaço Memorial do Seringal



Fonte: Acervo do autor (2023).

Depois de entendermos mais acerca da parte institucional e estrutural do MUPS, vamos observar o contraste entre teoria e prática a partir do estado de conservação do local e de que forma isso afeta a visão da comunidade sobre o local e principalmente os seus usos.

Discutir o grau em que os espaços públicos contribuem para a vida das cidades é um tema que tem ganhado bastante relevância no campo dos estudos urbanos, principalmente, quando esses espaços são considerados locais de construção social como entretenimento, formação cultural e expressão artística.

Logo, não é exagero dizer que para muitos a composição de um espaço público torna-se um indicador do funcionamento da cidade, das suas realizações e dos seus problemas. Nas regiões centrais das cidades, que normalmente passam por diversas alterações no público e no seu uso, é comum a inclusão de praças e parques como tentativa de integração social (ROSANELI *et al.*, 2016).

Para entender os objetivos e o perfil dos visitantes do MUPS, consideramos de suma importância o artigo de Nishimura *et al.* (2017), que tem como título “*Aplicação do Método de Avaliação Contingente de uma Unidade de Conservação: Estudo de Caso do Museu Parque*

Seringal-PA (2015). O intuito do referido trabalho é refletir acerca do impacto da ausência de espaços destinados ao lazer na qualidade de vida urbana, em que o MUPS nesse sentido é o campo de pesquisa a ser analisado.

Com isso, essa produção (apesar de não pertencer ao campo da historiografia), apresenta o resultado de mais de 100 questionários aplicados entre os meses de novembro e dezembro de 2015, o que nos ajuda a caracterizar os interesses dos visitantes do MUPS.

As informações obtidas pelo questionário atendem a três demandas, para cada uma delas foi constituída uma tabela, a saber: a tabela nº 1 contém informações sobre gênero, idade, escolaridade, bairro, renda familiar, situação profissional e número de filhos; enquanto a tabela nº 2 se concentra na percepção dos visitantes sobre o museu, e, pôr fim, a tabela nº 3 sobre o estado de preservação da instituição.

Ao todo, Nishimura *et al.* (2017) verificaram que de um espaço amostral, 100 dos entrevistados visitavam o parque mais de duas vezes na semana e a finalidade mais frequente era destinada ao lazer. Sendo que 54% dos visitantes se classificaram como estudantes, 63% ainda não tem filhos, 82% vão ao MUPS em busca de algum tipo de lazer, 41% acham o lugar propício para exercícios físicos, principalmente no que diz respeito às caminhadas leves, 54% vêm a pé e apenas 17% julgam a preservação do ambiente excelente.

Tais resultados são semelhantes aos que aparecem no trabalho de Sousa, Carvalho e Bahia (2016), em que ficou constatado que o MUPS quando aberto à visitação recebe como público principal a comunidade ao redor, que busca o espaço principalmente para atividades relacionadas ao lazer e às atividades físicas, identificando o *playground* público e a academia ao ar-livre, como os espaços mais utilizados no local.

O termo “lazer” refere-se a uma gama de ocupações às quais um indivíduo pode se dedicar voluntariamente com a finalidade de descanso, diversão e entretenimento, para poder construir sua própria formação ou informação sem interesse, participação voluntária ou de seu livre arbítrio de criar quando não está ocupado com responsabilidades familiares e profissionais.

A falta de áreas de lazer causado pelo processo desordenado de urbanização nas cidades brasileiras certamente contribui para a precarização da qualidade de vida da população urbana (MAZETTO, 2010) e segundo Paranaguá (2004, p. 39) “as áreas verdes na cidade de Belém já reduziram 201 km² do ano de 1986 a 2001”.

Assim, os parques por suas diversas propostas preenchem uma lacuna por seu papel ecológico e social, mas, infelizmente é por meio dessas tendências que vêm surgir diversas problemáticas relacionadas com a preservação desses espaços com a temática trabalhada. Na

maioria dos casos, o afastamento do público se relaciona com as péssimas condições de conservação e consequente degradação dos espaços.

Em Ananindeua, isso ocorre com o referido Parque Antônio Danúbio e com o Museu Parque Seringal, espaço este o qual é objeto estudo desta pesquisa. Ambos têm garantia de preservação e manutenção através de leis, entretanto, infelizmente as condições de acessibilidade e publicidade são insuficientes, o que dificulta o compromisso social de preservar esses locais enquanto patrimônio.

Para entender mais acerca da real situação do MUPS atualmente e às questões relacionadas a sua preservação e gestão, entrevistamos a diretora da Instituição no dia 7 de junho de 2023, das 10h às 10h50. As entrevistas têm sido um recurso recorrente nas pesquisas de História Local e ensino de história, e embora as entrevistas não sejam nossas principais fontes, realizamos a modalidade de entrevista temática para efeito de comparação com os dados já apresentados, segundo Santhiago e Magalhães (2015, p. 49), as entrevistas temáticas buscam informações “mais precisas, mais localizadas e mais pontuais”.

Na prática, quando se trata de entrevistas temáticas, o entrevistador tem participação maior na condução do relato, se dedicando mais à montagem de um roteiro prévio de questões. Na ocasião, a primeira pergunta foi sobre o funcionamento do MUPS, dias da semana e horários. A resposta para tal pergunta foi:

Hoje, o Museu Parque Seringal fica aberto de terça a sexta, pela manhã fica aberto das 8h até as 12h, fechando no horário do almoço por conta da incidência de uso de entorpecentes por parte de alunos das escolas (não especificadas) ao redor, enquanto pela tarde, MUPS fica aberto das 15h às 18h (Entrevista concedida pela diretora do MUPS, realizada em 7 jun. 2023).

Aproveitando o ensejo, em seguida, perguntamos sobre a questão da segurança, já que por conta da situação mencionada anteriormente foi necessária precaução em relação aos horários. A resposta concedida constatou que:

Essa foi a única opção válida diante da dificuldade de manter o aberto o posto da guarda municipal no MUPS, a guarda impõe dificuldades para se fazer presente por conta da própria infraestrutura do local que segundo eles não favorece a segurança, são poucos postes de iluminação para uma área extremamente arborizada e alegação principal é a existência das duas entradas que também funcionam como saídas e comprometem a vigilância em horários considerados noturnos (Entrevista concedida pela diretora do MUPS, realizada em 7 jun. 2023).

Em seguida, mudamos a tônica da entrevista, onde perguntamos sobre sua trajetória como diretora da instituição e sua relação com a comunidade. Como resposta, obtivemos:

Estou nesse papel de gestão há praticamente 7 anos e infelizmente não se pode contar com o bom senso de boa parte da comunidade mais próxima do local, não são todos, mas, muitos moradores fazem uso indevido do espaço, alguns passeiam com animais domésticos e outros até depositam lixo na área externa do MUPS. Alguns chegam a reagir até com hostilidade as normas e delimitações da instituição que visam preservar o local, suspeito que isso acontece porque antes da ressignificação o uso era livre (Entrevista concedida pela diretora do MUPS, realizada em 7 jun. 2023).

Ainda sobre o uso por parte da comunidade perguntamos sobre as programações desenvolvidas no espaço, foi nos dito que o espaço é utilizado principalmente nas datas comemorativas por instituições de diversos segmentos que usam principalmente a parte exterior do anfiteatro como palco, já as programações e trilhas que envolvem práticas educacionais são realizadas principalmente pelas escolas ao redor.

Quanto a estrutura do local para receber tais programações e os visitantes foi nos relatado que infelizmente o MUPS tem enfrenta o descaso, com dificuldades para conseguir lâmpadas para parte interna do anfiteatro e principalmente para lidar com a necessidade não atendida de conseguir junto a SEMA uma drenagem no local, que padece durante o chamado “inverno amazônico” e reduz praticamente a zero o número de visitantes de dezembro a março.

Sobre a possibilidade de reforma durante o mandato da atual gestão, há uma expectativa, a prefeitura dessa gestão em Ananindeua já acenou para uma possível reforma, entretanto, o Parque Antônio Danúbio por estar fechado é a prioridade do poder público municipal no quesito reforma. Diante dos depoimentos prestados a essa entrevista, observa-se que embora o espaço do MUPS siga atendendo às demandas do lazer da população, as atividades (educativas) que não envolvem lazer têm sido prejudicadas por conta das questões de conservação do local.

Embora Queiroz *et al.* (2011) afirme que todo e qualquer espaço pode tornar-se um espaço de ensino significativo, tanto para quem ensina, quanto para quem é ensinado, mas, é necessário reiterar que o MUPS, além de ser um ambiente com componentes vegetais, conta também com a história da cidade de Ananindeua e de como as seringueiras contribuíram para a valorização belenense no período da Belle Époque Amazônica. Além disso, é uma das poucas áreas de preservação e de memória ambiental deste período da história regional.

É por isso que se destaca como “campo fértil” para a educação, pois é raro observar a presença de conteúdo da natureza nas matrizes de ensino da história, neste caso, a natureza pode ser observada como uma interação histórica, tendo em vista a simbologia associada à historicidade que permeia as seringueiras (CARVALHO; COSTA, 2016).

Daí a urgência de que seja desconstruída a ideia de que este espaço serve somente ao propósito paisagístico ou de passatempo, considerando sua relevância enquanto uma das poucas áreas de preservação da memória deste período da história regional.

Entre dissertações de mestrado e monografias, foram localizados pelo menos três trabalhos acadêmicos sobre o MUPS, vale mencionar ainda que estes trabalhos abordam o Museu Parque Seringal em diferentes âmbitos e perspectivas. É importante esclarecer que esta dissertação segue uma perspectiva distinta das três produções anteriormente mencionadas, visto que o foco aqui é a trajetória do MUPS e a sua utilização como espaço educacional para aprendizagem histórica após a sua institucionalização após 10 anos.

O primeiro dentre esses três trabalhos é a monografia de Ana Daniela Nogueira da Silva (2018), pelo curso de Museologia da UFPA. O objetivo desse trabalho é situar o leitor quanto à construção territorial, espacial e institucional do Museu Parque Seringal, partindo inicialmente de interrogações que buscam entender se o MUPS é “museu e parque” ou “museu parque”. Para isso, a autora faz um levantamento acerca do uso dos museus a partir da Revolução Francesa, quando os bens da monarquia passam a ser de todos quando apropriados pelo Estado e transformados em patrimônio público, no intuito de fortalecer o regime instalado.

Enquanto no Brasil, as instituições museológicas seguiram dois modelos, sendo o primeiro o Museu Real de 1818, mais voltado para a coleta e exposição nas áreas da história natural, etnografia, arqueologia e paleontológica. Enquanto, o outro seria o Museu Histórico Nacional de 1922, fundado no Rio de Janeiro e está voltado para um momento de afirmação do Brasil enquanto nação (SILVA, 2018).

O segundo trabalho é a dissertação de Mestrado de Ana Maria da Silva Conceição (2021), defendida no Programa de Mestrado Profissional do ProfHistória (cuja importância será alvo de um tópico no decorrer do texto), em Ananindeua e está entrelaçada com o conceito de Educação Ambiental. Já o terceiro trabalho é a monografia “*Função Social do Museu: Um estudo sobre a atuação do Museu Parque Seringal na Região Metropolitana de Belém- PA*” de Ronald do Nascimento Neves (2019), pela Universidade da Amazônia, que pretende proporcionar à comunidade uma aproximação da memória e identidade da história de Ananindeua como uma das intencionalidades do MUPS.

Vale mencionar que embora recentes, essas três produções acadêmicas se utilizaram principalmente de documentos oficiais da prefeitura municipal de Ananindeua, mas, também, de muitas informações coletadas em mídias sociais e *blogs*. O compartilhamento do conhecimento acadêmico nos meios digitais por parte de pesquisadores e acadêmicos tem sido uma tendência que contribui para tornar a pesquisa mais acessível e relevante para a sociedade,

com respeito a publicações relacionadas a Ananindeua se destacam os *blogs* do Adrielson Furtado⁸, esse autor é mestre e doutor em Ciências Ambientais pela UFPA e desde 2008 escreve sobre Ananindeua. Todas as discussões relacionadas ao significado e a importância do MUPS como patrimônio do município de Ananindeua serão enfoque da seção a seguir.

3.4 A importância do Museu Parque Seringal para Ananindeua

Neste tópico buscamos entender o significado do Museu Parque Seringal para o município de Ananindeua enquanto reflexo do seu crescimento populacional e do recente desenvolvimento econômico, e da consequente busca por representatividade a partir da demarcação inicial de uma política patrimonial que incentiva ações educativas e valoriza a preservação e conservação do patrimônio de Ananindeua.

O desenvolvimento mencionado pode ser exemplificado através dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que destaca Ananindeua enquanto o segundo maior município do estado do Pará desde 2015, sendo também, o terceiro maior em população da Amazônia com aproximadamente uma população estimada em 471.980 pessoas entre um conjunto de 14 ilhas e um núcleo urbano que está em franca conurbação com a capital do estado (IBGE, 2022).

Embora tenha sido oficializado enquanto município apenas em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 4.505, que foi promulgado pelo então interventor federal Magalhães Barata, não podemos restringir o início da história desse município apenas a isso (ANANINDEUA, 2006). Até porque a historiografia acerca das origens do município tem como ponto de partida a chamada Estrada de Ferro de Bragança, que foi inaugurada no dia 10 de junho de 1884, tendo como objetivo abastecer o mercado agrícola belenense através de uma integração entre a capital Belém e a chamada Zona Bragantina, em que Bragança, no caso, era o município no outro extremo da ferrovia.

Assim, promovendo uma colonização de outras áreas no interior do Estado durante o período da chamada “Economia da Borracha”, sendo considerada um símbolo do progresso do estado nesse tempo. Fato é que mesmo depois do declínio da Economia da Borracha, a EFB permaneceu ativada até 1964, ano em que aconteceu sua desativação, e que boa parte das outras

⁸ Com 2.264 visitas contadas pela tecnologia *Blogger*, o portal virtual teve um hiato entre as suas publicações entre 2018 e 2021, tendo em sua trajetória 80 publicações ao todo. Uma média aproximada de cinco publicações por ano sendo a maioria delas sobre os aspectos históricos, culturais e patrimoniais do município de Ananindeua (PA), com destaque para o processo de modernização da cidade a partir de 2010, as fontes que o autor trabalha sempre estão entre informações orais e materiais publicados.

ferrovias nacionais já tinham sido desativadas e desde 1936, sua administração já havia sido repassada ao Governo Federal.

Durante esse percurso, muitas das suas quarenta estações e dezoito paradas se desenvolveram núcleos habitacionais e povoados, que hoje fazem parte da chamada Região Metropolitana de Belém. O primeiro entres a se emancipar foi o município de Benevides, criado em 1875 e em seguida, surgiu o município de Santa Izabel no ano de 1886, dois anos depois da criação da EFB, enquanto o município de Ananindeua, que era a parada do quilômetro 13 da ferrovia, usada para o abastecimento de lenha para as locomotivas, se tornou justamente o maior entre esses.

O nome “Ananindeua”, segundo Antônio Rocha Penteado (1968), em sua obra “*Belém: Estudo da geografia urbana*” se dá devido à abundância da planta nativa de termo científico “*Symphonia Globulifera*”, também chamada de “Ananin”, usada para a produção de uma resina utilizada principalmente na calafetação, que impede a entrada de água nas embarcações de madeira.

Acerca desse período de origens e formação daquilo que se tornaria posteriormente Ananindeua, não se tem muitas informações, pois o que sabemos é que apesar do povoado formado inicialmente por 194 pessoas, a área ainda não tinha “função habitacional”, isto é, não tinha conjuntos implantados ou políticas de habitação e ainda assim espontaneamente se desenvolveu tanto a ponto de ter a sua primeira escola, a Quinta Carmita, fundada em 1900 por José Marcelino de Oliveira.

A localidade ainda chegou a ter um núcleo religioso em 1920, a capela de Nossa Senhora das Graças, atualmente chamada Igreja Matriz, no centro de Ananindeua e ao redor da prefeitura, até que se tornou distrito de Santa Izabel através de um Ato do Governo do Estado do Pará em 1938. Entretanto, as informações mencionadas anteriormente comprovam a existência e um considerável desenvolvimento de um núcleo habitacional antes mesmo da institucionalização e criação do município em 1943. A seguir, a Figura 11 expressa o antigo monumento da Praça Matriz.

Figura 11 – Antigo monumento da Praça Matriz



Fonte: Blog Adrielson Furtado (2010).

Esse desenvolvimento pode ser contemplado a partir dos levantamentos do ano de 1950, sete anos depois da criação do município quando a população ainda era predominantemente rural, mas, já contava com 13.303 habitantes, o que é considerável já que esse período entre as décadas de 1920 e 1950 era considerada um momento de decadência econômica na região Amazônica, por conta do declínio da atividade da borracha.

O que teoricamente justificaria um estancamento em relação ao crescimento populacional em 1956, era que o município tinha 14.995 habitantes, sendo estes “7.601 residentes no Distrito Sede de Ananindeua, 2.316 no Distrito de Benevides, 2.347 no Distrito de Benfica e 2.731 no Distrito de Engenheiro Araci (ANANINDEUA, 2006).

Foi só a partir da década de 1960 que se iniciou um processo de urbanização na região e foi totalmente induzido pelo Estado e que não se limitou ao município de Ananindeua, mas contemplou também Belém, Castanhal, Marabá, Santarém e Altamira

Sobre isso, a historiadora Eliene Jaques Rodrigues (1998) em seu livro “*Banidos da Cidade e Unidos na Condição – Cidade Nova: espelho da segregação social em Belém*” aponta que a urbanização intensa em Ananindeua só se iniciaria a partir da década de 1980 e é neste referido período que se inicia a estruturação da cidade que nós conhecemos hoje.

O termo “banido” usado no título do trabalho de Rodrigues (1998), descreve justamente a condição do povoamento de Ananindeua a partir da década 1980, sendo os primeiros moradores dos conjuntos habitacionais que seriam construídos em Ananindeua, indivíduos que

trabalhavam, estudavam e tinham suas origens na cidade de Belém e foram sendo realocados pela condição socioeconômica para Ananindeua.

Tomando como referência essa estruturação que chega ao município na década de 1980, para efeito didático, o crescimento do município pode ser dividido em três etapas: a primeira delas diz respeito à inclusão de áreas rurais ao perímetro urbano do município, criado a partir de 1950.

Em seguida, na segunda, temos a formação do espaço urbano de Ananindeua a partir da política de conjuntos habitacionais da Companhia de Habitação do Estado do Pará, sendo o mais famoso destes conjuntos, o conjunto Cidade Nova em 1980, e por fim, a terceira etapa, com o crescimento populacional de Ananindeua a partir de 1985 (RODRIGUES, 1998).

O levantamento bibliográfico e a descrição sobre as origens do município de Ananindeua contribuem para este trabalho a efeito de comparação com o que é Ananindeua hoje, visto que o município não pode ser mais considerado um “apêndice” da capital belenense, uma vez que já se tornou uma referência em termos econômicos e uma opção de serviços para o seu entorno, e tem como um dos seus principais espaços o conjunto Cidade Nova, onde se encontra o Museu Parque Seringal.

O conjunto Cidade Nova foi um desdobramento de uma política habitacional a nível nacional que seria administrado pela Companhia de Habitação do Estado do Pará. A COHAB foi concebida pela Lei Estadual 3.282 no dia 13 de abril de 1965, como um aparato estadual do Banco Nacional de Habitação (BNH) (PARÁ, 1965).

Esse sistema de financiamento para conjuntos habitacionais foi inaugurado em 14 estados brasileiros, dentre eles o Pará, e tinha como objetivo a construção de unidades habitacionais estruturadas em três faixas de clientela, correspondentes aos mercados popular, econômico e médio. De 1966 a 1986, esse sistema construiu no estado do Pará cerca de 28.388 casas, sendo destas mais de 19 mil destas destinadas às classes populares, isto é, pessoas com renda inferior de 3 salários-mínimos.

Ananindeua foi o município mais contemplado por essa política habitacional no estado do Pará, pois foram construídas 16.636 unidades habitacionais, sendo que na capital de Belém foram quase 10 mil unidades a menos (CARDOSO, 2017).

Vale destacar ainda que muitas das unidades distribuídas pelo Estado em Ananindeua não foram adquiridas por motivos diversos como alto preço, má localização e, às vezes, baixo padrão de construção ou precariedade da infraestrutura básica no conjunto, e no que diz respeito a infraestrutura, estamos nos referindo a instalação de prédios destinados a serviços públicos, como escolas, delegacias e postos de saúde.

Segundo Rodrigues (1998) esse último motivo mencionado era também o motivo mais alegado em caso de inadimplência com as prestações das unidades em relação à COHAB-PA, até porque em meados da década de 1970 a população em Ananindeua ainda era predominante rural. Segundo o IBGE (1970; 1980; 1990; 2000), expresso abaixo na Tabela 1, a população urbana não estava estimada em menos de 3 mil pessoas, enquanto, a população rural chegava a quase 20 mil.

Tabela 1 – População urbana e rural de Ananindeua (1970-2000)

Período	População urbana	População rural
1970	2.923	19.604
1980	6.850	59.028
1990	74.051	14.100
2000	392.627	942

Fonte: Censos demográficos IBGE (1970, 1980, 1991, 2000).

Partindo dessas informações não é errôneo afirmar que o conjunto Cidade Nova é fruto de projeto amparado no discurso da casa própria para população de baixa renda, pois para a autora Rodrigues (1998, p. 53) a implantação do conjunto Cidade Nova representa uma “tentativa em demarcar a periferia da RMB, não à toa, a área é ‘privilegiada’ ao estar nas imediações de diversas saídas em direção a capital, entre elas, pela BR 316, estrada do Maguari e a estrada do 40h”.

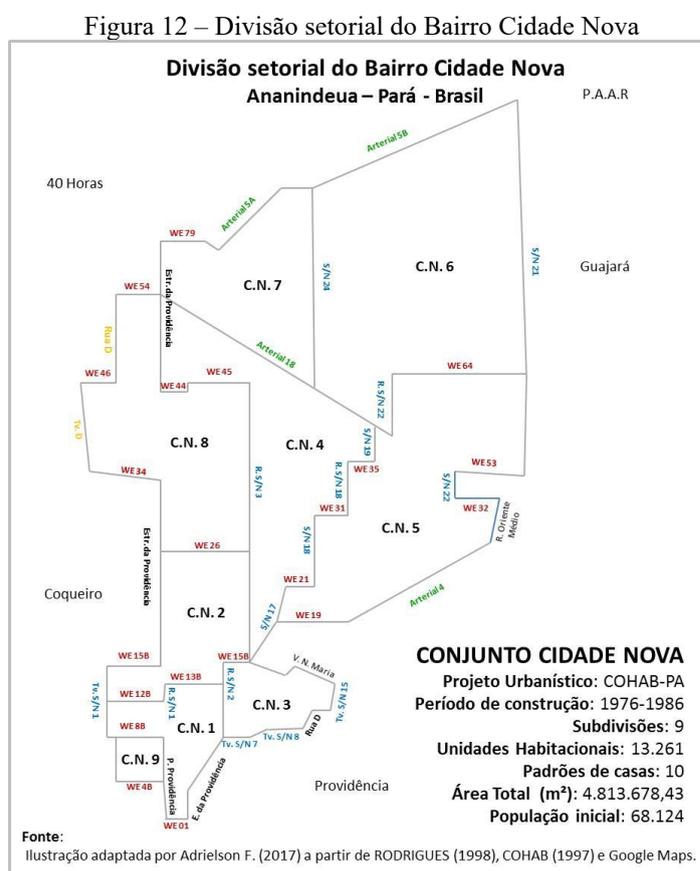
O que justifica o fato de o número de moradores na sua área urbana chegar a 70 mil pessoas na década de 1990, após a construção do conjunto Cidade Nova, e o número de moradores na área rural passou a cair vertiginosamente.

Mas, o que havia antes nas terras que deram lugar ao conjunto Cidade Nova? Segundo Penteadó (1968, p. 376) “as terras que seriam adquiridas pela COHAB-PA estavam divididas em duas áreas: a do curtume do Maguary e as chamadas matas do 40 horas”. Inicialmente, estas eram terras ocupadas principalmente por nordestinos que deram início a derrubada da mata virgem da localidade, visando ao fornecimento de postes para a instalação de rede de iluminação de Belém ou de lenha para indústrias da capital.

Mais tarde, já em meados da década de 1960, o espaço ganharia novos contornos por conta da instalação de clubes recreativos, sítios e granjas de uso rural produtivo, que eram exploradas principalmente por famílias descendentes de japoneses. Tais informações condizem

com os levantamentos feitos na Tabela 1 mostrados anteriormente, que aponta predominância da população na área rural e comprovam que foi por conta da aquisição dos primeiros terrenos por parte da COHAB-PA para a construção conjuntos habitacionais na década de 1970, em que se iniciou a saída do estado rural produtivo para o estado urbano-habitacional.

Em 1982, dos antigos vinte proprietários, treze eram de descendência japonesa e a área do Conjunto Cidade Nova em m² seria equivalente a 5.382.663.34, possuindo 13.887 unidades habitacionais e 67.619 moradores. Uma representação do projeto final do conjunto Cidade Nova e suas subdivisões: Cidade Nova I, Cidade Nova II, Cidade Nova III, Cidade Nova IV, Cidade Nova V, Cidade Nova VI, Cidade Nova VII, Cidade Nova III e Cidade Nova IX, conforme expresso na Figura 12 a seguir.



Fonte: Blog do Adrielson Furtado (2017).

O Museu Parque Seringal foi construído na subdivisão Cidade Nova VIII, última subdivisão a ser comprada (1983) e aquela que também tinha mais proprietários, ao todo eram nove⁹ sendo a maioria descendentes de famílias japonesas.

⁹ Seus nomes eram: Akvia Igaraski, Michio Takada, Judite, Josue, Jocineide, Nabone Igawa, Propira, Terezinha Hasegawa e Michikazu Takakura.

Com base da figura acima podemos perceber que apesar de pertencer a um mesmo conjunto, as subdivisões da Cidade Nova diferem em tamanho, embora o padrão mínimo por unidade habitacional seja o mesmo. Concernente a isso, Eliene Rodrigues (1998) afirma que a média de membros das primeiras famílias residentes no conjunto Cidade Nova era de 4,94 pessoas, média superior do que a da capital, onde as famílias tinham 4,38 membros. Apesar disso, Rodrigues (1998) relata que aproximadamente 60% dos moradores da Cidade Nova na década de 1980 eram majoritariamente jovens, de escolaridade baixa e oriundos de Belém, já que o número de pessoas nascidas em Ananindeua naquela época era irrisório.

O que se explica principalmente pela precariedade em relação aos serviços médico-hospitalares disponíveis, já que inicialmente até os espaços que seriam concedidos para construção de praças, igrejas, áreas de lazer, postos de saúde, feiras etc. eram determinados pela Companhia de Habitação (RODRIGUES, 1998).

A estreita dependência dos moradores de Ananindeua e o fato dos marcos territoriais entre Ananindeua e Belém não serem bem definidos, as duas localidades estão em franca conurbação e por muito tempo Ananindeua foi considerada uma “cidade dormitório”.

Cidade-dormitório é um termo utilizado para definir o predomínio da função residencial sobre as demais funções urbanas, seja administrativa, comercial ou industrial em uma determinada cidade, posto que geralmente caracterizada pela abundância de mão de obra pouco qualificada, que em busca de mercado de trabalho, não pode se distanciar do núcleo metropolitano, mas também não consegue se fixar nele.

No Brasil, esse fenômeno é visto como uma hierarquização do espaço, como um efeito colateral da metropolização na década de 1980, pois 70% dos moradores de Ananindeua ainda votavam em Belém e tinham empregos formais ou regularizados na capital, enquanto 65% dos trabalhadores autônomos, sem registros, já trabalhavam em Ananindeua.

Entretanto, é inegável a carga pejorativa do termo que em tese seria justificada pela dependência econômica da cidade menor, que apresenta um crescimento populacional descompassado do seu crescimento econômico, o que é evidenciado pelos altos índices de migração diária ou pendular, motivado por questões de estudo, trabalho ou mesmo outras demandas, como por exemplo, a questão de votar. Sem contar que a construção do conjunto Cidade Nova que é totalmente impessoal, ou seja, não possui referências ou vínculos que os conectem com a história dos moradores e provavelmente por isso não gera identificação entre os moradores.

Sobre isso, Eliene Rodrigues (1998) afirma que nas entrevistas com técnicos da COHAB-PA, a maioria deles não souberam dizer o porquê da escolha pelo nome Cidade Nova.

Por sua vez, os moradores mais antigos acreditam que o nome surgiu da necessidade de acrescentar um apelo com carga simbólica, como se “novo” fosse sinônimo de “bom”, capaz de enfraquecer a rejeição do belenense a morar na periferia.

Para falar acerca do desenvolvimento do conjunto Cidade Nova a partir da década de 1980, recorreremos novamente à dissertação de mestrado de Cardoso (2017), que faz uma análise do crescimento urbano no município. A tabela a seguir descreve o número de unidades construídas a partir de 1980 pela COHAB e em qual ano e subdivisão da Cidade Nova ela foi construída.

Tabela 2 – Subdivisões na década de 1980 e o número de unidades entregues

Cidade nova (subdivisão)	Ano	Nº de unidades entregues
V	1980	3.173
VI	1981	4.000
VII	1981	700
IX	1986	120
VII (2ª etapa)	1986	1870
VIII (2ª etapa)	1988	1109

Fonte: Cardoso (2017).

No dia 29 de agosto de 2021, o jornal O Liberal escreveu uma matéria afirmando que Ananindeua não pode mais ser chamada de cidade dormitório por conta do seu papel social e simbolismo enquanto lugar de resistência pela luta do direito à moradia, e outros dados mencionados foram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, sendo o segundo maior do Pará e a marca de 535.547 habitantes em Ananindeua (OLIVEIRA, 2021).

Por que esse fato se torna interessante para esta pesquisa? O conjunto Cidade Nova tem um papel primordial nesse crescimento e apresenta um papel de centralidade no município, entre 1976 e 1986, e a COHAB tinha 61.244 candidatos inscritos para conseguir à casa própria e ofertou apenas 16.747 habitações, pois só na Cidade Nova na década de 1980, conforme expresso na Tabela 2, foram entregues 10.972 unidades.

Isso sem mencionar que o conjunto Cidade Nova se destaca por ser um dos poucos na Região Metropolitana de Belém (RMB) com planejamento mínimo e infraestrutura em sua construção, não à toa, é considerada uma área central, beneficiada em relação a outras, como por exemplo, o Paar, espaço esse que foi submetido a invasões, se tornando por algum tempo uma das maiores invasões da América Latina.

O fato de estar na centralidade da região metropolitana de Belém também contribui para que o bairro receba com maior intensidade ações de manutenção no que diz respeito à infraestrutura urbana. Cardoso (2017) destaca que as vias principais apresentam pavimentação, calçamento, lazer e iluminação mais satisfatórias do que outras áreas do município e ainda recebem manutenções com maior frequência.

Mas, constatamos a partir dos fatos mencionados e apesar do recente crescimento urbano de Ananindeua que é materializado no bairro Cidade Nova, ainda há um estigma de cidade dormitório sobre o município que conseqüentemente recai sobre o conjunto.

Durante a construção do primeiro capítulo desta dissertação, minha compreensão era que o Museu Parque Seringal era um dos últimos resquícios da história pouco conhecida e antiga de Ananindeua, predominantemente rural e caracterizada por glebas pertencentes a nordestinos e sobretudo japoneses.

Mas, durante a construção do segundo capítulo passei a considerar que mais do que um resquício de uma antiga Ananindeua, o MUPS também é um símbolo da evolução urbana e habitacional do município que foi iniciado pela construção do conjunto Cidade Nova e isso não pode ser desassociado, já que ele foi construído justamente na última subdivisão construída, essa que antes da venda para a COHAB-PA também era a gleba com mais proprietários da Cidade Nova VIII, como já foi exposto anteriormente e expresso na Tabela 2, o qual visa atender as necessidades, sejam elas de lazer ou educativas dessa comunidade que se desenvolveu ao seu entorno.

Nesse sentido, a instalação do Museu Parque Seringal, ao qual se mostrou como objeto de estudo dessa pesquisa, e que foi reconhecido em 2012 como o primeiro museu do município de Ananindeua, faz parte da vanguarda da política patrimonial da localidade por conta da sua proposta de valorização da identidade patrimonial e da cultura local e estrutura que possibilitam atividades culturais e educativas.

4 AS OFICINAS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS FOLHETINS

4.1 A metodologia do objeto gerador e as oficinas de conhecimento

A seção seguinte repousa sobre os postulados teóricos da metodologia do objeto gerador, a escolha do Museu Parque Seringal como objeto e as discussões com o alunado sobre a sua qualidade como tal.

Para Ramos (2001), o objeto gerador é um “gatilho” provocador de reflexões, a ideia é fazer com que o museu perca o estigma de lugar de contemplação e se torne lugar de debates para a construção do conhecimento histórico.

É necessário que o objeto gerador seja selecionado pelo professor, a preferência é que o objeto seja escolhido através do cotidiano dos alunos, mas, na ausência de um espaço propício, o docente pode fazer a seleção já que não se trata apenas apresentar ou descobrir o objeto, mas, analisá-lo e estudar a história através dele.

Em seguida, o objeto precisa ser problematizado, ou seja, é necessário que haja uma atividade pedagógica que proporcione uma discussão em torno do objeto escolhido e da sua qualidade como objeto gerador.

Essa atividade precisa atender a condição de envolver recortes e problemáticas que demonstrem as múltiplas faces do objeto e a sua historicidade, no intuito de que o estudante o compreenda como um lugar de acréscimos, desaparecimentos e como fruto de determinado contexto.

Uma das principais dificuldades metodológicas dessa pesquisa foi justamente o fato da escolha do Museu Parque Seringal surgir depois da proposta da atividade pedagógica. No dia 17 de março de 2023, após o início da primeira avaliação, alguns professores foram escolhidos para coordenar as turmas do 6º ao 9º ano durante as atividades para um evento interno da instituição que aconteceria em junho. O referido evento foi chamado de “Feira da Comunicação” e cada turma recebeu a responsabilidade de elaborar uma atividade que apresentasse o funcionamento de um meio de comunicação no dia 1º de junho de 2023.

O 6º ano ficou responsável por construir uma experiência que envolvesse o rádio; já o 7º ano ficou responsável pela apresentação de um *podcast*; o 8º ano teria que elaborar uma experiência envolvendo o telejornal e a entrevista; enquanto o 9º ano (turma pela qual fiquei responsável), teria a missão de construir um material impresso e informativo, descrito inicialmente como um tipo de jornal.

Naquele momento, seguindo o livro didático, no primeiro trimestre já tínhamos trabalhado em sala de aula questões relacionadas à Primeira República, sendo um dos tópicos dos nossos encontros, a chamada Belle Époque e o Ciclo da Borracha onde o MUPS já tinha sido apresentado em sala de aula através de imagens.

Pelo planejamento de aulas da disciplina, ainda teríamos pela frente como objeto de conhecimento a chamada “Era Vargas”, e partindo desse objeto planejava conduzir uma visita expositiva até o Museu Parque Seringal e lá abordar os chamados “soldados da borracha¹⁰”, que não eram abordados no livro didático.

Entretanto, por conta das demandas da instituição foi proposto e decidido com a turma do 9º ano que o tema dos materiais a serem produzidos para a Feira de Comunicação” seria a temática do ciclo da borracha, por ser um tema já abordado em sala. Todavia, o MUPS não foi escolhido por ser compreendido como um meio para a educação histórica sobre o tema do ciclo da borracha na Amazônia, e sim, um local de que tratam da questão dos seringais e dos trabalhadores daquela época como tema em si.

Essa opção se mostrou acertada principalmente diante dos entraves burocráticos para se realizar uma visita expositivo ao MUPS, visto que o calendário escolar, a disponibilidade da instituição em termos de data e horário e até o transporte dos alunos ao local foram empecilhos para a realização das atividades.

Outro aspecto pensado para esta atividade foi a quantidade de produções, uma vez que a atividade deveria proporcionar o envolvimento e engajamento de toda classe e por isso estipulamos que seriam produzidos quatro materiais independentes e distintos, seguindo uma proposta diferente das outras turmas que apresentariam na feira de comunicação.

Por isso, a turma composta por vinte e dois alunos, foi dividida em quatro equipes, onde duas equipes ficaram com cinco integrantes e outras duas equipes com seis integrantes. Cada equipe responsável pela escrita das colunas e matérias sobre o espaço (considerando inicialmente que seria um jornal), pesquisa bibliográfica, design do material (posteriormente definido como folhetim) e a apresentação do produto no dia do evento que aconteceu em 01 junho de 2023.

¹⁰ Os soldados da borracha foram trabalhadores convocados aos seringais amazônicos, após os Acordos de Washington, assinados por Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial, pois estima-se que 55 mil homens foram seduzidos pela propaganda patriótica e pelas promessas de reconhecimento, mas, acabaram padecendo por conta das péssimas condições de trabalho.

Para orientação e supervisão das tarefas, estabelecemos que na última sexta de cada mês (março, abril, maio), até o dia da apresentação, em horários regulares da disciplina teríamos uma “oficina” como forma de expor o que conseguimos produzir nesses períodos de coleta.

A finalidade seria acompanhar o status das produções e tirar dúvidas sem interferir na produção feita pelos alunos, o quadro abaixo expõe o cronograma com todos os eventos desde a primeira reunião, em que ficou definida a tarefa de construção dos materiais até a apresentação na feira de comunicação.

Quadro 1 – Encontros realizados e explanação das atividades propostas

Reunião	17/03/2023	Data em que fui encarregado de coordenar as tarefas do 9º ano.
Proposta	21/03/2023	Data em que repassei as propostas para a turma.
Primeira Oficina	31/03/2023	Escolha dos nomes e divisão das tarefas por parte dos alunos.
Segunda Oficina	28/04/2023	Apresentação parcial, roteiro de perguntas para pesquisas de opinião, instruções relacionadas a abordagem pessoal dos entrevistados.
Terceira Oficina	26/05/2023	Apresentação da versão digital do folhetim.
Feira da Comunicação	01/06/2023	Apresentação para pais e amigos através de stands no espaço do colégio.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Na primeira oficina, no dia 31 de março, com todos os alunos presentes, depois da definição do tema, os grupos poderiam se reunir pela primeira vez para escolher o nome de cada uma das produções. Os nomes escolhidos a saber foram:

- a) *Breaking News*, que se tornaria posteriormente *Notícias da Hora*. Equipe composta pelos alunos do Grupo A;
- b) *Égua do Jornal*. Equipe composta pelos alunos do Grupo B;
- c) *História News*. Equipe composta pelos alunos do Grupo C;
- d) *Belém Notícias*. Equipe composta pelos alunos Grupo D.

Realizada a escolha dos nomes dos folhetins por parte dos alunos, foram então repassadas as orientações acerca da identidade visual, questões relacionadas aos cuidados com

uso de imagens e referências bibliográficas, e sobretudo instruções sobre ferramentas como o Canva ¹¹ que foi utilizado por três das quatro equipes para o desenvolvimento da parte gráfica do material, sendo que a maioria dos alunos já indicavam contato e instrumentalidade com a plataforma.

No dia 28 de abril aconteceu a segunda oficina. Nela, recapitulamos as pautas da primeira oficina e aproveitamos para construir um roteiro de perguntas objetivas para as equipes que mostraram interesse em trabalhar com pesquisas de opinião, e repassar instruções metodológicas aos alunos em relação a abordagem pessoal e o trato nesse momento de coletas de dados.

O roteiro foi composto por 3 perguntas objetivas, contendo 4 alternativas. As perguntas elaboradas expressas abaixo no Quadro 2 foram:

Quadro 2 – Roteiro de perguntas e alternativas

(Pergunta 1) – <i>Você estudou em sala de aula sobre o Ciclo do Borracha?</i> Alternativa A: Sim; Alternativa B: Não; Alternativa C: Mais ou Menos; Alternativa D: Não lembro.
(Pergunta 2) <i>Você sabe dizer o que foi a chamada Belle Époque?</i> Alternativa A: Sim; Alternativa B: Não; Alternativa C: Mais ou Menos; Alternativa D: Não lembro.
(Pergunta 3) <i>Você já visitou o Museu Parque Seringal?</i> Alternativa A: Sim; Alternativa B: Não; Alternativa C: Mais ou Menos; Alternativa D: Não lembro.

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Vale registrar que foi nesse encontro que os alunos trouxeram como amostra do progresso as primeiras versões impressas das capas dos materiais e levando em consideração algumas limitações que a plataformas do Canva oferece como gratuita, e, com isso, definimos o material como “folhetim” ao invés de um “jornal”.

A razão é que o material não poderia conter todas as seções e estruturas adequadas para se definir como um jornal, como por exemplo: periodicidade, publicidade, divulgações que ajudam a financiar o material e seções específicas com notícias de múltiplos interesses como esportes, cultura, política etc.

Já o folhetim, é um gênero literário popular que conta com uma linguagem mais acessível, além da presença de um enredo serializado sobre um tema que se desenvolve em mais de um capítulo. A seguir, as capas deles são elaboradas e apresentadas pelos estudantes no dia 28 de abril de 2023:

¹¹ Uma plataforma *on-line* para criação de materiais visuais em geral.

Figura 13 – Capa do folhetim “Notícias da Hora”

27/04/23

NOTÍCIAS

DAHORA

CURIOSIDADES




Da seringueira (*Hevea brasiliensis*) é extraído um líquido viscoso e branco, chamado látex, o qual passa por uma coagulação espontânea em contato com o ar, formando o polímero conhecido como borracha.



CICLO DA BORRACHA

O Ciclo da Borracha corresponde ao período da história brasileira em que a extração e comercialização de látex para produção da borracha foram atividades basilares da economia. De fato, ocorreram na região central da floresta amazônica, entre os anos de 1879 e 1912, revigorando-se por pouco tempo entre 1942 e 1945. Contudo, os dois períodos de “ciclos da borracha” acabaram de maneira repentina, o que se agravou pela falta de políticas públicas para desenvolvimento da região.

ALUNOS: ALAN, CARLOS, DHAGILA, GABRIEL, YAN
 FONTE: TODA MATÉRIA

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Figura 14 – Primeira versão da capa “Égua do Jornal”



ÉGUA DO JORNAL

CICLO DA BORRACHA



O ciclo da borracha foi um dos ciclos econômicos da história brasileira, sendo que ele se deu com base na exportação da borracha produzida no Brasil. Esse produto era produzido por meio da extração do látex, obtido da seringueira, uma árvore encontrada em grande abundância na região amazônica.

Esse ciclo foi o responsável por atrair milhares de trabalhadores para a região amazônica a fim de trabalhar na extração do látex e contribuiu para fazer da borracha o segundo item mais exportado do Brasil entre as décadas de 1880 e 1910. O desenvolvimento dessa atividade econômica também promoveu grande desenvolvimento em grandes cidades do Norte, principalmente Manaus e Belém.

Sua produção na Amazônia



partir de 1880, o aumento do consumo da borracha no mercado internacional impulsionou a produção dessa mercadoria no Brasil. A região amazônica era marcada pela grande abundância de *Hevea brasiliensis*, a seringueira, árvore da qual é obtido o látex, a matéria-prima da borracha. Com isso, milhares de pessoas foram atraídas para atuar na extração desse insumo.

O historiador Boris Fausto afirma que só entre 1890 e 1900 a população da região amazônica aumentou em cerca de 110 mil pessoas [1]. A maioria dos indivíduos que foram para a região trabalhar com o látex e com a borracha eram pessoas do Ceará.

Acredita-se que esse grande fluxo tenha sido causado pelas fortes secas que atingiram o Ceará no final do século XIX. Essas pessoas eram transportadas para a Amazônia em condições bastante ruins, e os trabalhadores nos seringais ficavam à mercê dos interesses de seus patrões. De qualquer forma, o grande número de indivíduos que se mudaram para a região amazônica contribuiu para o crescimento acelerado de muitas cidades.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Figura 15 – Primeira versão da capa do “História News”



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Figura 16 – Primeira versão da capa do “Belle Époque”



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Não conseguimos acessar a versão virtual em particular nesse dia, foi necessária a impressão, pois os componentes optaram por utilizar uma ferramenta de design diferente das outras equipes. Portanto, a imagem apresentada é um scanner da versão impressa.

Na terceira oficina, realizada 26 de maio, cada equipe apresentou uma versão digital preliminar do seu folheto completo, a fim de pensarmos os últimos ajustes, mas, como o Museu Parque Siringal se encaixa na narrativa nessa produção? Justamente, a partir da aprendizagem histórica que pode ser promovida através da materialidade do lugar, que conta com a presença das seringueiras e de estruturas como o Museu do Seringueiro, uma exposição museológica que tenta reproduzir o hábitat do seringueiro, anteriormente exposto nas aulas de história sobre o ciclo da borracha.

Figura 17 – Exposição museológica da realidade dos seringais



Fonte: Acervo pessoal (2023).

O objetivo dessa experiência pedagógica foi retratar as possibilidades e os limites da produção de conhecimento histórico no ambiente escolar, no caso os próprios alunos da escola particular que foi parte do universo da pesquisa, a partir dos materiais construídos pelas e equipes e o contraste entre eles, principalmente no que diz respeito às diferentes narrativas escolhidas entre os grupos acerca de um objeto de conhecimento que tinha sido apresentado a todos e ao mesmo passo, avaliar o papel educacional dos museus, especificamente o Museu Parque Seringal e da sua materialidade no entendimento da narrativa histórica.

4.2 Os folhetins sobre o ciclo da borracha

No tópico a seguir, são analisados os folhetins elaborados pelos discentes a temática do ciclo da borracha no Museu Parque Seringal e em qual é mencionado ou identificado como um local de aprendizagem histórica.

No que diz respeito aos alunos que participaram desta pesquisa, todos foram meus alunos desde o 7º ano do ensino fundamental II, no período de 2021, e, durante o processo de realização da pesquisa desta dissertação, os referidos estavam cursando o 9º ano do fundamental

II, pertencentes a uma escola de rede privada situada no bairro da Cabanagem, em Belém-PA. A instituição de ensino básico oferta turmas que vão do ensino infantil até o ensino fundamental básico maior. Os estudantes, em sua maioria, são de baixa renda e moram nas proximidades e frequentam a escola desde o ensino infantil, já que são poucas as opções nas proximidades.

Ao todo, a instituição possui 2 andares, todas as salas são climatizadas e tem como aparato técnico um notebook e um projetor multimídia. O colégio tem 128 alunos no turno da tarde, sendo 97 estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e os demais da educação infantil. Pela manhã, são 62 alunos, mas, todos do seguimento da educação infantil.

Em todas as oficinas, contamos com recursos tecnológicos e logísticos pessoais oferecidos pelo próprio pesquisador, como *notebook*, extensões e outros recursos tecnológicos que também foram disponibilizados pela instituição, como *notebook* para a elaboração dos folhetins e um projetor multimídia.

Minha trajetória na instituição completou 3 anos em janeiro de 2024, ao ministrar apenas a disciplina de História, com carga horária semanal do 6º ao 9º, contabilizando 3 horas semanais por turma, sendo as aulas em 2023 ministradas em dois encontros semanais, as quintas e sextas respectivamente, pois a instituição não oferta a disciplina de Estudos Amazônicos.

No decorrer dos encontros, do período de 21 de março de 2023 até 01 de junho de 2023, sendo essa segunda como data da apresentação na feira de comunicação, foram construídos quatro folhetins, por quatro equipes distintas apontadas como Grupo A, B, C e D, os quais elaboraram folhetins cujos nomes foram (respectivamente): a) *História News*; b) *Égua do Jornal*; c) *Belém Notícias* e d) *Notícias da Hora*.

No tópico em questão vamos analisar o processo de construção desses materiais desde a divisão de tarefas entre os alunos, a origem dos subsídios que foram consultados, as ferramentas utilizadas para o desenvolvimento da parte gráfica e as peculiaridades de cada equipe na abordagem do tema.

Figura 18 – Apresentação dos 4 folhetins concluídos



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

a) História News

Ao todo, o História News tem 26 páginas e está subdividido entre as seções: O que foi o ciclo da borracha, a *Belle Époque* no mundo, a *Belle Époque* em Belém, a decadência do ciclo da borracha e os Soldados da Borracha.

O material foi feito a partir de um modelo pronto do Canva¹², em sua versão gratuita, ao qual possibilita alguns recursos utilizáveis na plataforma, registrado no nome de um dos alunos que compõe o Grupo A, que por conta disso também ficou responsável pela parte gráfica do material, enquanto os demais integrantes do grupo dividiram a responsabilidade das pesquisas entre si.

Outro aluno que compõe o Grupo A ficou responsável por pesquisar acerca da *Belle Époque* em Belém, mais especificadamente e optou por concentrar sua escrita sobre o Cine Olympia enquanto importante ponto cultural, cinema mais antigo em funcionamento no Brasil e legado do ciclo da borracha em Belém. Ainda sob a demanda de pesquisa do Grupo A, mais um entre eles ficou responsável por contribuir com a seção que tem como tema o Ciclo da Borracha, os demais se ajudaram nos temas restantes, totalizando cinco discentes no referido grupo A.

¹² O Canva é uma plataforma de design gráfico online que permite aos usuários criarem projetos de *design*.

Quando questionados sobre a fonte das informações, todos, de maneira unânime, disseram que as pesquisas foram feitas através do ChatGPT¹³, recurso que a partir de uma Inteligência Artificial (AI) pode colaborar com os métodos de pesquisa.

Sobre o que lembram dos conteúdos pesquisados durante praticamente 3 meses e apresentado no dia 01 junho de 2023, apenas dois estudantes do Grupo A disseram que ainda se lembram do que pesquisaram/apresentaram. Por fim, todos afirmaram que nunca tinham feito um trabalho parecido e que a parte mais trabalhosa foi a parte do *design*.

Nesse material não houve nenhuma menção ao MUPS, mas, chama atenção nessa produção a instrumentalidade desse Grupo A com os recursos tecnológicos, em especial do Canva e da inteligência artificial por meio do ChatGPT, mesmo no papel de orientador não vislumbrei, incentivei e sequer proibi o uso desse tipo de ferramenta no intuito de não pôr obstáculos em relação a autonomia e a criatividade da produção dos alunos. As novas tecnológicas têm conseguido cada vez mais espaço na educação, para além da IA, recursos como a gamificação, realidade aumentada e o próprio ensino remoto tem se popularizado.

b) Égua do Jornal

Esse folhetim é mais resumido em relação ao primeiro, pois foram oito páginas produzidas, sendo frente e verso no formato A4. A organização para a escrita das suas seções também foi diferente, já que cada integrante do Grupo B ficou responsável por uma seção, assim a divisão final ficou da seguinte maneira: o Ciclo da Borracha ficou sob responsabilidade de uma estudante que compõe o grupo, a Belle Époque mundial sob responsabilidade de outro integrante a equipe, o fim do Ciclo da Borracha ficou a cargo de outro e a pesquisa sobre os Soldados da Borracha ficou sob responsabilidade de outro. Todos discentes e integrantes do mesmo grupo.

Em relação ao *design* gráfico também foi utilizado um modelo pronto do Canva, a adaptação ficou por conta de uma das discentes que não se envolveu no trabalho de pesquisa. Todos os componentes do grupo entraram em consenso ao afirmar que por capricho, a parte mais difícil do trabalho foi produzir a parte gráfica. Com respeito às fontes consultadas, dos quatro integrantes envolvidos na tarefa de pesquisar do Grupo B, todos afirmaram que as

¹³ O ChatGPT pode responder perguntas, fornecer informações e até mesmo manter conversas em linguagem natural

informações vieram do Brasil Escola¹⁴ e do Uol educação¹⁵, e um desses quatro discentes afirma ter preferido ler artigos encontrados no *Google Acadêmico*.

Quando perguntados sobre o que ainda lembram das apresentações e do conteúdo presente no material apresentado, dois deles afirmaram que lembram das seções relacionadas a modernização urbana e a arquitetura que se tornou tendência em Belém durante o período da Belle Époque e hoje é patrimônio histórico da cidade.

Outros dois disseram lembrar mais da seção que diz respeito aos instrumentos utilizados pelos seringueiros no momento de extração da borracha que pode ser visualizada em imagens do Museu do Seringueiro e um discente afirmou não lembrar de praticamente nada. Sobre o MUPS, os alunos afirmaram que não conseguiram encaixá-lo na produção por ausência de fontes disponíveis na internet, o principal recurso disponível por conta da condição socioeconômica. Essa justificativa traz à tona a questão da importância das mídias sociais (que talvez seja uma questão de História Pública) diante de uma política patrimonial fragilizada que reflete a estagnação do espaço e o descaso do poder público.

c) Belém Notícias

A versão final desse folheto chegou a 16 páginas, essa foi a única produção não feita através do Canva, pois a equipe optou por aptidão em utilizar os recursos da assinatura do *Microsoft 365* que pertencia a uma das integrantes da equipe. É complicado definir quando ou como essa aptidão com ferramentas tecnológicas foi adquirida, com respeito ao conteúdo do folheto todos os membros estiveram envolvidos nas pesquisas relacionadas e na criação do *design*.

As seções informativas estão divididas em: *A Belle Époque* no mundo, *a Belle Époque* no Brasil, *a Belle Époque* em Belém. As fontes utilizadas foram todas digitais, principalmente os *sites* Toda Matéria¹⁶ e Brasil Escola (já mencionado), infelizmente, no dia da apresentação houve uma falha na impressão que reduziu a qualidade gráfica e o número de páginas impressas do material.

Embora todos os componentes da equipe, mencionados anteriormente como Grupo C, tenham afirmado que lembram apenas vagamente do assunto contido no material, a

¹⁴ O Brasil Escola é um portal educacional que oferece conteúdo gratuito, bem como videoaulas, exercícios e textos informativos.

¹⁵ Seção do portal Uol que fornece notícias sobre educação, textos e artigos relevantes na área.

¹⁶ Outra plataforma educacional que disponibiliza gratuitamente recursos educacionais (principalmente textos) para formação acadêmica e pessoal dos estudantes.

apresentação realizada através de um mural de imagens merece atenção pela menção ao MUPS (com direito a exposição de uma imagem no mural) como um lugar onde se pode aprender sobre o Ciclo da Borracha, segundo os integrantes do grupo a opção de apresentar o local no dia da apresentação ao invés de inseri-lo no folhetim foi uma estratégia que tinha a finalidade de proporcionar dinâmica e interação entre as apresentações e o público.

d) Notícias da Hora

O Notícias da Hora é um folhetim de 16 páginas que ficou dividido entre as seguintes seções: O Ciclo da Borracha a Belle Époque, os Soldados da Borracha e o Museu Parque Seringal, todos os responsáveis eram integrantes do grupo D, sendo ao todo 4 integrantes neste grupo.

A parte do *design* gráfico foi feita também através da plataforma Canva, entretanto as fontes utilizadas foram diversas, pois foram utilizados os (já mencionados) *sites* Brasil Escola e Toda Matéria, foram utilizadas matérias que abordam o MUPS nos jornais O Liberal (14/06/2022) e DoI (22/08/2012) e ainda uma visita (acompanhada por responsáveis) ao espaço do MUPS feita por iniciativa própria por parte de dois discentes que integravam a equipe no intuito de realizar uma pesquisa de opinião com os visitantes do Museu Parque Seringal.

Abaixo, a Figura 19 expressa a parte do *design* elaborado por um dos integrantes do Grupo A.

Figura 19 – Design do folheto do Grupo A

27/04/23

PARQUE SERINGAL



LOCALIZADO NO CONJUNTO DA CIDADE NOVA VIII (COM ACESSO PELA TRAVESSA WE 36), O PARQUE SERINGAL FOI INAUGURADO EM 2012, TORNANDO-SE O PRIMEIRO MUSEU DE ANANINDEUA E O SEGUNDO PARQUE AMBIENTAL DA CIDADE. BEM ARBORIZADO, O LOCAL CONTA COM CENTENAS DE SERINGUEIRAS, ALÉM DE OUTRAS ÁRVORES COMUNS AO BIOMA AMAZÔNICO. HÁ AINDA UM ANFITEATRO, ACADEMIAS DE GINÁSTICA AO AR LIVRE, LANÇONETE E ESPAÇOS COMO VISITAÇÃO GRATUITA.

ALÉM DISSO TUDO, O PARQUE SERINGAL É CONSIDERADO TAMBÉM UMA LINHA DE CONSERVAÇÃO, SENDO UM IMPORTANTE PONTO DE VALORIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM. O LOCAL FUNCIONA DE 8 AS 12 HORAS, E DE 15 AS 19 HORAS, DE SEGUNDA A DOMINGO, E A ENTRADA É SEMPRE GRATUITA.

PARQUE SERINGAL

A influência da chamada "Belle Époque" do Ciclo da Borracha na Amazônia é bastante evidente na arquitetura e urbanismo de Belém. Já a vizinha Ananindeua relembra este momento histórico com o Parque Seringal, que reproduz em uma escala bem menor o que seria o ambiente de exploração das seringueiras em busca do puro látex vindo da Floresta. Um dos grandes atrativos do local é o Museu do Seringueiro, uma exposição permanente cuja instalação reproduz a moradia do seringueiro e do seringalista, com a ambientação que transporta o visitante àquela realidade.

ALUNOS: ALAN, CARLOS, DHAGILA, GABRIEL, YAN

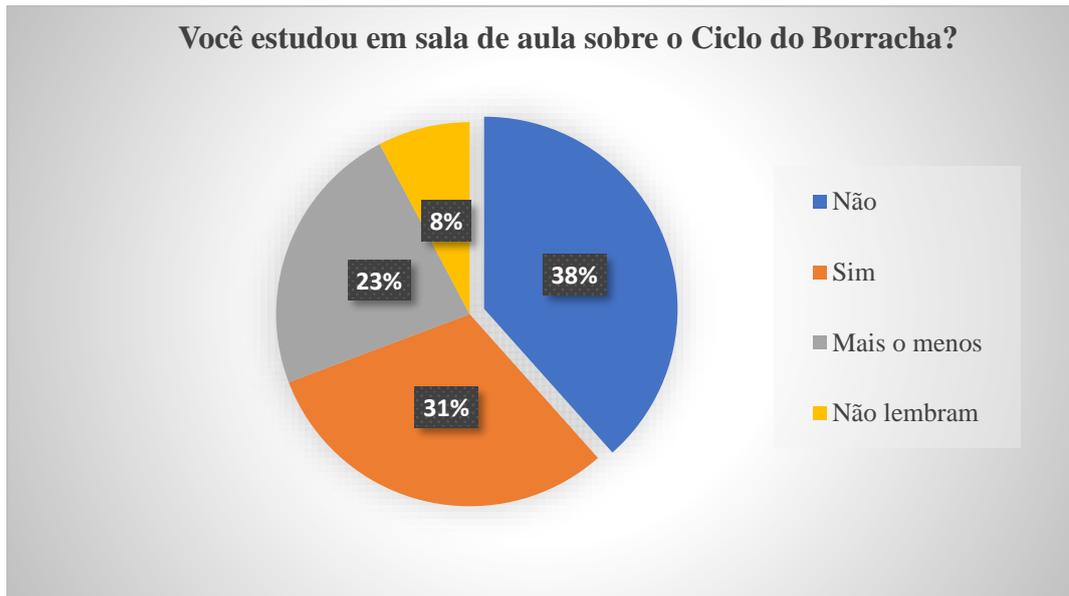
FONTE: O LIBERAL

Fonte: Arquivo pessoal (2023).

A construção desse material por essa equipe se destaca pela sensibilidade na divisão de tarefas e na diversidade das fontes, conforme o folheto, cada um dos alunos ficou especificadamente encarregado por organizar o texto informativo, pesquisar imagens e organizar os seguintes resultados da pesquisa de opinião realizada no MUPS. As perguntas utilizadas foram criadas no dia 28/04/2023, data da segunda oficina realizada em sala de aula e disponibilizada no Quadro 2.

Ao todo foram 26 indivíduos entrevistados e com respeito aos resultados da pergunta de número 1 (Você estudou em sala de aula sobre o Ciclo do Borracha?), 10 responderam que não, 8 responderam que sim, 6 disseram mais o menos e 2 responderam que não lembravam. O Gráfico 1 retrata os valores em porcentagem sobre a pergunta de número 1 e suas respectivas respostas:

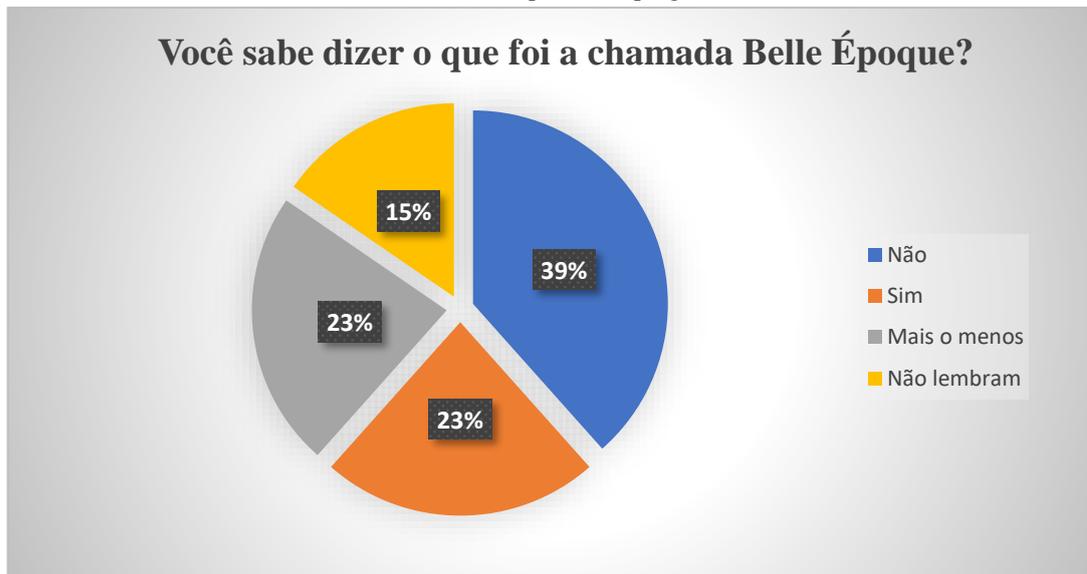
Gráfico 1 – Resposta da pergunta 1



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Sobre a pergunta de número 2 (Você sabe dizer o que foi a chamada *Belle Époque*?), dos 26 entrevistados, 10 responderam que não, 6 disseram que sim, 6 responderam mais o menos e 4 disseram que não lembravam, como expresso os resultados no Gráfico 2:

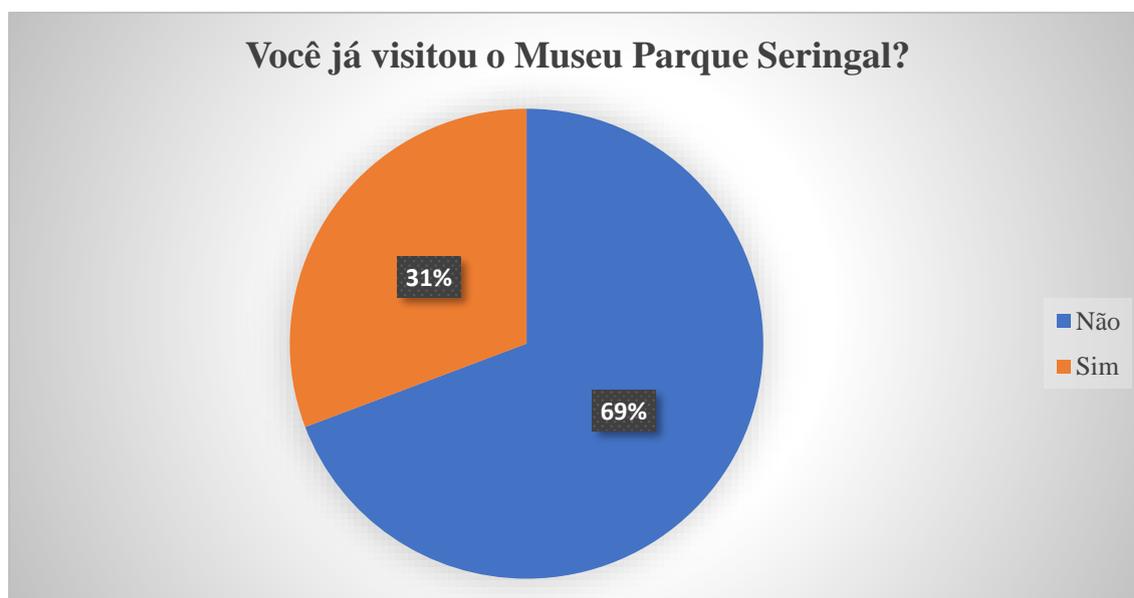
Gráfico 2 – Respostas da pergunta 2



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No que diz respeito a pergunta de número 3 (Você já visitou o Museu Parque Seringal?) e dos 26 entrevistados, 18 responderam que não e 8 disseram que sim, expresso abaixo no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Respostas da pergunta 3



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Conforme os resultados apresentados pela pesquisa de opinião, a maioria dos 26 entrevistados não estudou sobre o Ciclo da Borracha, não sabe descrever o que foi a Belle Époque e nem visitou o Museu Parque Seringal.

A construção dos folhetins sobre o ciclo da borracha mostra com praticidade as possibilidades educativas proporcionadas pela materialidade da exposição presente no Museu Parque Seringal, ao tomar o MUPS como um espaço para a construção de conhecimento histórico e como ele pode preencher a lacuna demonstrada na coleta de dados através da pesquisa de opinião e pelo próprio processo de escrita dos alunos sobre o tema.

Ao problematizar os resultados obtidos a partir dos folhetins criados pelos discentes, entendemos que se o processo de produção desses materiais for encarado apenas como uma atividade de sala de aula ele poderá ser taxado de fracasso, mas, caso seja encarada enquanto experiência de pesquisa, perceberemos que compreender o patrimônio como um espaço de aprendizagem é uma cultura a ser cultivada, pois as paisagens urbanas estão repletas de sinais e símbolos que estão à disposição dos seus cidadãos desde que esses sejam educados para decifrá-los a partir de uma perspectiva pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu Parque Seringal apesar das suas complicações recentes em relação a preservação e conservação, ainda permanece como um espaço propício para um ensino de história que não se limita aos grandes nomes e acontecimentos, apresentando em sua narrativa uma perspectiva que nos permite refletir acerca de diversas problemáticas históricas relacionadas ao Ciclo da Borracha.

Essa percepção foi confirmada a partir dos levantamentos da bibliografia e dos documentos consultados, além das análises realizadas com autonomia por parte dos estudantes durante as oficinas que supervisionaram a produção dos folhetins que apontaram o MUPS enquanto um local de produção de conhecimento, para além da visitação e das práticas de lazer.

Outro fator importante para a compreensão da temática relacionada ao Museu Parque Seringal surgiu durante as aulas do ProfHistória, onde pude compreender mais sobre a importância da disciplina na formação de uma consciência crítica a partir de questões relacionadas ao patrimônio e a memória.

Embora a ideia de criar os folhetins não tenha sido originalmente minha, todavia acho válida a opção de disponibilizá-los na versão digital enquanto produto para uso dos professores da instituição e aos alunos que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer o MUPS, levando em consideração motivos que podem ser variados, como calendário escolar, logística de distância e condições climáticas ou mesmo àqueles que pretendem visitá-lo ou mesmo já visitaram. Todavia, seguem interessados em saber mais da instituição, seu simbolismo para Ananindeua e suas possibilidades enquanto recurso didático.

Para mim, sem dúvidas foi um momento ímpar, como morador de Ananindeua e principalmente poder retornar às leituras relacionadas à memória, patrimônio e ao ciclo da borracha, e aprofundar outras que dizem respeito ao ensino de história, ao MUPS e à história do município que, certamente, contribuirão para amadurecimento da minha prática docente.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. Currículos de História e Política Públicas: os programas de 1931. *In*: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

ANANINDEUA. **Lei nº 2.237/06, de 6 de outubro de 2006**. Institui o Plano Diretor do Município de Ananindeua e dá outras providências. Ananindeua: Prefeitura, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/a/ananindeua/lei-ordinaria/2006/224/2237/lei-ordinaria-n-2237-2006-institui-o-plano-diretor-do-municipio-de-ananindeua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ANANINDEUA. **Lei Municipal nº 2.472, de 5 de janeiro de 2011**. Cria a área de relevante interesse ecológico (ARIE) denominada "Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva" e dá outras providências. Ananindeua: Prefeitura, 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/a/ananindeua/lei-ordinaria/2011/248/2472/lei-ordinaria-n-2472-2011-cria-a-area-de-relevante-interesse-ecologico-arie-denominada-parque-ambiental-antonio-danubio-lourenco-da-silva-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ANANINDEUA. **Lei Municipal nº 2.560, de 29 de março de 2012**. Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) denominada "Museu Parque Seringal" e dá outras providências. Ananindeua: Prefeitura, 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/a/ananindeua/lei-ordinaria/2012/256/2560/lei-ordinaria-n-2560-2012-cria-a-area-de-relevante-interesse-ecologico-arie-denominada-museu-parque-seringal-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 mar 2022.

ANANINDEUA. **Plano Municipal de Habitação de interesse social**. Ananindeua: Secretaria Municipal de Habitação, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação é a base**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 11 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.904, de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm. Acesso em: 12 fev. 2022.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989: A revolução francesa da Historiografia**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1992. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7190812/mod_resource/content/1/burke-p-a-escola-dos-annales-a-revoluc3a7c3a3o-francesa-da-his.pdf. Acesso em: 3 set. 2022.

CARDOSO, Márcio. R. dos S. Produção do espaço urbano e desigualdades socioespaciais: considerações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Ananindeua, Pará. **InterEspaço**: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, Grajaú, MA, v. 3, n. 10, p. 158-181, 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/6634>. Acesso em: 3 nov. 2023.

CARVALHO, Ely. B. de; COSTA, Jamerson. de S. Ensino de História e Meio Ambiente: uma difícil aproximação. **História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 49-71, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.2016v22n2p49>

CONCEIÇÃO, Ana Maria da S. **Museu Parque Seringal**: proposta no ensino de história e natureza. 2021. 87 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/15572/1/Dissertacao_MuseuParqueSeringal.pdf f. Acesso em: 19 set. 2023.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Viera Machado. 4. ed. São Paulo: Estação liberdade: UNESP, 2006.

COSTA, Albenizia; ASSANO, Miciko; JANSEN, Ticia. **Atlas básico do Município de Ananindeua**. São Paulo: Tempo, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 1998.

DINARDI, Ailton. J.; FEIFFER, Allyson. H. S.; FELIPPELLI, Heitor. E. O uso de praças públicas como espaço não formal de educação. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, Mato Grosso, v. 8, n. 1, p. 311-326, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8399>. Acesso em: 12 out. 2023.

DUARTE, Rosângela de Oliveira. **Conhecimento histórico escolar e Educação Patrimonial no Museu Memorial da Balaiada**. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/598010/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o_%20Rosangela%20%20Duarte_FINAL.pdf. Acesso em: 6 nov. 2023.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FIGURELLI, Gabriela Ramos. **O Público esquecido pelo serviço educativo**: estudo de caso sobre um programa educativo direcionado aos funcionários de museu. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2010. Disponível em: https://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/gabriela_figurelli.pdf. Acesso em: 11 ago. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de C. A. **Turismo e Patrimônio Cultural. Patrimônio Histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FURTADO, Adrielson. Breve história de Ananindeua. **Blog Adrielson Furtado**, Ananindeua, 29 dez 2021. Disponível em: <https://adrielsonfurtado.blogspot.com/>. Acesso em: 30 out. 2023.

FURTADO, Adrielson. Ananindeua e sua história. **Blog Adrielson Furtado**, Ananindeua, 19 mar. 2010. Disponível em: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2010/03/anaindeua-lugar-de-anain.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia P. dos; LOUREIRO, Maria L. de M. N. (org.). **Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins.** Rio de Janeiro: MCT, 2009.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de história.** 13. ed. ver. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. Censo Demográfico 1970. Pesquisa Anual de Serviços, 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t23_go.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

IBGE. Censo Demográfico 1980. Pesquisa Anual de Serviços, 1980. **IBGE.** 1980. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n26_df.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

IBGE. Censo Demográfico 1991. Pesquisa Anual de Serviços, 1991. **IBGE.** 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22894.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

IBGE. Censo Demográfico 2000. Pesquisa Anual de Serviços, 2000. **IBGE.** 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html>. Acesso em: 23 fev. 2023.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Pesquisa Anual de Serviços, 2022. **IBGE.** 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/anaindeua/panorama>. Acesso em: 29 fev. 2023.

ICOM. International Council of Museums Brasil. ICOM aprova nova definição de museu. **ICOM.** 2022. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?p=2756>. Acesso em: 10 set. 2022.

JACOBUCCI, Franco C. D. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Revista em Extensão**, Uberlândia, v. 7, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20390>. Acesso em: 12 set. 2024.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1990.

LIBÂNIO, José Carlos *et. al.* **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, Igor J. R. Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/5QNQFtPbYrQLyBnp95Bfw3M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MAZETTO, Francisco de Assis P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 12, n. 24, 2000. DOI: <https://doi.org/10.14393/SN-v12-2000-28533>

MELO, Manuela D. de. **Educação Museal**: Reflexão sobre semelhanças e contrastes com uma forma escolar. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17200/1/VERS%c3%83O%20FINAL%20DISSERTA%c3%87%c3%83O%20COM%20FICHA%20CATALOGRAFICA%20MANUELA%20DIA.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

MENESES, Upiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2 p. 9-42 jan./dez. 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/cjxGJjRFfbKxLBfGyFFMwVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MOURÃO, Adélia. V. **Bosque Rodrigues Alves como espaço de ensino em ciências na educação não formal**. 2017. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <https://biologia.ufpa.br/arquivos/tccpublicados/2017/Licenciatura/Adelia%20Valentim%20Mour%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

NEVES, Ronald do N. **Função Social do Museu**: Um estudo sobre a atuação do Museu Parque Seringal na Região Metropolitana de Belém-PA. 2019. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade da Amazônia, Belém, 2019.

NISHIMURA, Camila. N. *et al.* Aplicação do Método de Avaliação Contingente de uma Unidade de Conservação: estudo de caso do Museu Parque Seringal-PA. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 11., 2017, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: N.I, 2017. p. 1-13. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326827293_Aplicacao_do_Metodo_de_Avaliacao_Contingente_de_uma_Unidade_de_Conservacao_Estudo_de_Caso_do_Museu_Parque_Seringal-PA. Acesso em: 16 abr. 2023.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História: Revisto do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, São Paulo: PUC, 1993.

OLIVEIRA, Daleth. Ananindeua: de 'cidade dormitório' ao pleno desenvolvimento: O município, segundo maior da Região Metropolitana de Belém, avançou de 410,2 mil habitantes em 2001, para 535,5 mil em 2020. **O Liberal**, 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/anandindeua/anandindeua-de-cidade-dormitorio-ao-pleno-desenvolvimento->

1.427511#:~:text=Com%20%C3%ADndices%20apontando%20para%20a,casa%20%C3%A0%20noite%2C%20para%20dormir. Acesso em: 15 nov. 2023.

PACHECO, Ricardo de A. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882010000200008>

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **Lei nº 3.282, de 13 abril de 1965.**

Autoriza o Poder Executivo a construir a Companhia de Habitação do Estado do Pará COHAB-PA, e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará 1965. Disponível em:

http://www.cohab.pa.gov.br/sites/default/files/lei_de_autorizacao_da_cohab.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

PARANAGUÁ, Patrícia; MELO, Paula; SOTTA, Eleneide Doff; VERÍSSIMO, Adalberto. **Belém sustentável**. Belém, PA: IMAZON, 2003.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará**: Estudo de Geografia urbana. Belém, UFPA, 1968.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o Passado Prático: Temporalidades e Produção de Identidades no Ensino de História. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 107, p. 1-22, 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3494/2119>. Acesso em: 24 abr. 2023.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas**: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUEIROZ, Ricardo M. *et al.* A caracterização dos espaços não formais de educação científica para o ensino de ciências. **Revista Amazônica de Ciências**, Manaus, v. 4, n. 7, p. 12-23, ago./dez., 2011. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/20/17>. Acesso em: 29 nov. 2023.

RAMOS, Francisco. R. L. Museu, ensino de história e sociedade de consumo. **Trajetos Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 109-131, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/17181>. Acesso em: 13 out. 2023.

RODRIGUES, Eliane J. **Banidos da Cidade e Unidos na Condição - Cidade Nova**: espelho da segregação social em Belém. Belém-PA: NAEA/UFPA, 1998.

ROSANELI, Alessandro. F. *et al.* Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da praça Tiradentes em Curitiba/PR. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Paraná, v. 8, n. 3, p. 359-374, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.008.003.ao06>

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria B. de. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)**. Belém/PA: Paka-Tatu, 2002.

SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA – 1ª edição do Evento. **Cadernos de Resumo e 1ª edição do Evento Perspectivas do Ensino de História**. São Paulo, 1988. 53 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1q4XmwUXlIESMBxqocl-QCYjPxhhJyrW4/view>. Acesso em: 19 out. 2023.

SILVA, Aletícia R. da. **Educação Patrimonial no Ensino de História: A feira livre como espaço de aprendizagem histórica em Colinas do Tocantins**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Programa de Pós-Graduação em História-PPGHIS, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1734/1/Alet%c3%adcia%20Rocha%20da%20Silva%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SILVA, Ana. D. N. da. **Museu Parque Seringal, Ananindeua, Pará: um patrimônio, múltiplas possibilidades**. 2018. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Faculdade de Artes Visuais, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/2196/1/TCC_MuseuParqueSeringal.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

SOUSA, José. F. M. de; CARVALHO, K. M. de; BAHIA, Mirleide C. Planejamento, gestão e uso público do Museu Parque Seringal Em Ananindeua-Pará. *In: BAHIA, Mirleide C.; FIGUEIREDO, Silvio José L. Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer*. Belém: Naea, 2016. p. 107-126.

SUANO, Marlene. **O que é museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

VIDIGAL, Victória Emi Murakami. **Patrimônio ambiental urbano: uma história sobre o Parque Ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio**. 2021. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2021. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/3341>. Acesso em: 18 out. 2023.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de Termo de autorização de uso da imagem e voz

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Neste ato, e para todos os fins de direito, autorizo o uso da minha imagem e voz para fins de divulgação e publicidade do trabalho artístico-cultural, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens.

As imagens e voz poderão ser exibidas: parcial ou total, em apresentação audiovisual, publicações e divulgações em exposições e festivais com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet e em outras mídias futuras, fazendo-se constar os devidos créditos ao fotógrafo.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

_____, de _____ de 20__

Assinatura

Nome: _____

RG.: _____ CPF: _____

Telefone1: () _____ Telefone2: () _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____